



REVISTA DOS ALUNOS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
FILOSOFIA DA PUC-RIO

ISSN 2526-7698

ANALÓGOS

PUC
RIO

2025, n. Especial

ANALÓGOS

REVISTA DE FILOSOFIA

Fundada em 2001

Organizada pelo corpo discente do PPG de Filosofia
da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

PROGRAMAS DE APOIO A PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Departamento
de **Filosofia**
— **PUC-Rio**



ANALÓGOS

REVISTA DE FILOSOFIA

Fundada em 2001

Organizada pelo corpo discente do PPG de Filosofia
da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

VOLUME XXIV

N. Especial / 2025

ISSN 2526-7698

EDITORAS

Izabella Tavares Simões Estelita (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Mary Emily Mattoso Silva Suzano (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

IDENTIDADE VISUAL

Logomarca: Luise Krahl Krause

Capa: Mauricio Einhorn Filho

AnaLógos, Rio de Janeiro, v. XXIV, n. Especial, 2025
--

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
PROGRAMAÇÃO	10
RESUMOS	16
MESA 01: FILOSOFIA AMBIENTAL	
O exercício especulativo na composição de uma Terra equívoca	17
João Victor de Almeida Consoli	
A semiótica política de Donna Haraway: por uma outra noção de justiça	19
Tiago Andrade da Silva	
MESA 02: FILOSOFIA DA TECNOLOGIA	
Uma ética da palavra na sociedade tecnológica: a obra de Jacques Ellul para redignificar o discurso em um mundo de aceleração constante	21
Marcelo Capello Martins	
A transparência como dominação: Han e a psicopolítica na era informacional	23
Ingrid Nogueira do Nascimento Magalhães	
MESA 03: FILOSOFIA CONTINENTAL	
O dispositivo do segredo por/em Michel Foucault	25
Beatriz Santos Lopes	
A práxis esquizoanalítica e o uso legítimo das sínteses do inconsciente maquínico	27
Pedro Paulino Fernandes	
Profanação das formas-de-vida: uma oposição aos dispositivos de poder	29
Wallace Almeida Neves da Silva	
Dois sentidos do sensível: Deleuze e a dimensionalidade da diferença ..	31
Caique da Silva Caldas	

MESA 04: PLATÃO

A infalibilidade da técnica em Platão: notas sobre <i>República</i> I 340c-341a	33
Marcos Tadeu Neira Miranda	
Lísias e o “casamento gay” no <i>Fedro</i> de Platão	35
Felipe Ayres de Andrade	
Cidadania e amizade nas <i>Leis</i> de Platão	37
Luciana Valesca Fabião Chachá	

MESA 05: ARISTÓTELES

Os <i>Prodígios Escutados</i>: a paradoxografia como gatilho filosófico?	39
Bruna Tavares Cardoso	
O vocabulário da diferença no livro I da <i>Física</i> de Aristóteles	41
Aldrin Pardellas de Carvalho	
Política e vida moral em Aristóteles e Epicuro	43
Izabella Tavares Simões Estelita	

MESA 06: ANTIGUIDADE TARDIA E IDADE MÉDIA

Ética dos papéis e <i>kathekonta</i> em Epicteto	45
Carlos Enéas Moraes Lins da Silva	
<i>Eikōn</i> e <i>ágalma</i>: o estatuto ontológico da imagem nas <i>Enéadas</i> de Plotino	47
Victória Milanês Alexandria	
A noção de história em Agostinho: uma dialética celestial	49
Josias Ribeiro Costa	
Agostinho e a opinião dos <i>graeculi</i> acerca dos movimentos da alma	51
Julia Maia Peixoto Camargo	
Introdução ao problema dos universais em João de Santo Tomás	53
Alfredo Venceslau Figueredo Morán	

MESA 07: FILOSOFIA POLÍTICA

A crítica platônica da <i>doxa</i>: reflexões arendtianas sobre a ruptura entre Filosofia e Política	55
Luiza de Aguiar Neiva	

<i>Entre o formalismo e a proposta prática do pensamento político arendtiano: uma análise acerca do sentido de uma teoria pura do político</i>	57
Denil José Cardoso Lima	
Negação no artigo “A Reação na Alemanha” de Bakunin a partir da leitura de J. P. Angaut, Luciana Brito e Paul McLaughlin	59
Pablo Trindade Torralbas	
Fetichismos em Freud e Dussel: considerações para a reflexão política	61
Guilherme Guimarães Sebastião	

MESA 08: FENOMENOLOGIA

O que pode querer o Zaratustra de Nietzsche segundo interpretação de Heidegger: acerca da redenção da vingança do tempo contra o tempo	63
Lucas de Moura Justino Souza	
A filosofia de J.-P. Sartre na construção de uma epistemologia política	65
Breno Messano Braga	
A liberdade no <i>Ensaio sobre os dados imediatos da consciência</i> de Henri Bergson	67
Luiz Fernando de Oliveira Proença	

MESA 09: FILOSOFIA ANALÍTICA

Papel calibrador: um novo papel epistêmico para a experiência?	69
Renata Martins Prado Matos Augusto	
Desacordos profundos: uma revisão crítica	71
Paloma de Souza Xavier	
A possibilidade do conhecimento: gêmeos verbais, contextualismo e seus desdobramentos na epistemologia	73
Cristiane Pinheiro	
Retorno de Carroll: um problema para a inferência lógica	75
Thiago Lopes da Costa Gomes	

MESA 10: NIETZSCHE

O sonho dos filósofos: imagem e experimentação artística no discurso filosófico em Nietzsche e Diderot	77
André M. Penna-Firme	

O morto que dança: entre o individual e o transindividual no ocaso de Zaratustra	79
Laura Francis	
Notas sobre <i>O Caso Wagner</i> e a questão do estilo	81
Quésia Oliveira Olanda	
Foi Nietzsche um pensador teórico na ética?	83
Daniel Melo Soares	
Algumas breves considerações sobre o papel da arte na cultura, segundo o jovem Nietzsche	85
Larissa da Silva Medeiros	
MESA 11: FILOSOFIA POLÍTICA (RAÇA E GÊNERO)	
A injustiça epistêmica como mediador normativo do lugar de fala: uma interlocução entre Djamila Ribeiro e Miranda Fricker	87
Felipe Cordeiro Alves	
O revisionismo histórico em Fanon. Uma leitura benjaminiana	89
Luigi Tonom Martin	
Sob o véu da invisibilidade: limites da justiça rawlsiana diante dos direitos LGBTQIAPN+	91
Leandro Rocha dos Santos	
Performatividade e paródia e fracasso	93
Richard Roseno Pires	
MESA 12: FILOSOFIA POLÍTICA (IDEOLOGIA E MARXISMO)	
O Estado democrático de direito burguês no sistema capitalista-fascista	95
Gilberto Davanço Neto	
Quando começa o capitalismo? A mercadoria e o “espaço histórico das categorias” em <i>O capital</i>, de Karl Marx	97
Lutti Mira	
A vulgarização do <i>Verfremdungseffekt</i>: notas sobre a atualidade do teatro de Brecht na periferia do capitalismo	99
Davi Dias Ribeiro Arantes	

Reflexões sobre a expansão dos sentidos do Realismo Socialista	101
Antônio Pedrosa Castellar Pinto	
MESA 13: POLÍTICA E ARTE	
Simone Weil e o horror	103
Guta Rufino	
O que narra um bordado?	105
Salma da Silva Soria	
A ontologia da fotografia em Bad Bunny: O caso de <i>DeBí TiRAR MáS FOToS</i>	107
Gabriela Reboredo Evora	
O tempo experienciado nas práticas de candomblé e sua abertura de possibilidades	109
Maria Eduarda Cardoso de Melo Capotorto	
MESA 14: FILOSOFIA E LITERATURA	
A lei do gênero: desconstrução, contaminação e fissuras em Derrida e Lispector	111
Pâmela Bueno Costa	
Criar a verdade, traduzir o desconhecido: em torno da escrita de Clarice Lispector	113
Tomás Brena Sertã	
Coragem para amar como princípio unificador de <i>Grande sertão: veredas</i>. O erro trágico de Riobaldo	115
Thiago Henriques da Mata Guimarães Corrêa	
MESA 15: FILOSOFIA MODERNA	
Aquele que foi dilacerado: Jean-Jacques Rousseau e a autobiografia ..	117
José Guilherme Deister Nicomedes	
As formas literárias da filosofia: mulheres e escrita na França moderna	119
Mary Emily Mattoso Silva Suzano	
Libertinos honestos, libertinos criminosos: uma análise de <i>Teresa filósofa</i> (1748) e <i>Filosofia na alcova</i> (1795)	121
Sofia Ribeiro Mendes De Felice Souza	

Reflexão e autorrepresentação: breves considerações sobre dois tipos de consciência em Descartes	123
Leandro Vasconcelos Machado de Mello	



APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que publicamos os resumos dos trabalhos apresentados na XXVI Semana dos Alunos da Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio, com o apoio Departamento de Filosofia da instituição e do Sistema Maxwell, administrado pela biblioteca da universidade.

Nesta edição, realizada entre os dias 22 e 26 de setembro 2025, tivemos cinquenta e quatro comunicações distribuídas em quinze mesas, organizadas segundo o critério de afinidade temática. A programação contou também com cinco palestras, uma ao fim de cada dia, ministradas pelos professores Edgar Lyra (PUC-Rio), Luisa Buarque (PUC-Rio), Danilo Marcondes (UFF), Fernanda Alt (PUC-Rio) e Marcela Oliveira (UERJ).

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a valorosa colaboração do discentes da casa: Aldrin Pardellas de Carvalho, Antônio Pedrosa Castellar Pinto, Maria Eduarda Cardoso de Melo Capotorto, Paloma de Souza Xavier, Salma da Silva Soria, Sofia Ribeiro Mendes De Felice Souza e Tomás Brena Sertã, que integraram conosco a comissão organizadora desta última SAF, contribuindo significativamente para o sucesso do evento.

As editoras

Izabella Tavares Simões Estelita
Mary Emily Mattoso Silva Suzano

PROGRAMAÇÃO

SEGUNDA-FEIRA (22 de setembro de 2025)

09h30min às 10h30min: Comunicações | Mesa 01

O exercício especulativo na composição de uma Terra equívoca

João Victor de Almeida Consoli (Mestrando – PUC-Rio)

A semiótica política de Donna Haraway: por uma outra noção de justiça

Tiago Andrade da Silva (Mestrando – UFABC)

13h às 14h: Comunicações | Mesa 02

Uma ética da palavra na sociedade tecnológica: a obra de Jacques Ellul para redignificar o discurso em um mundo de aceleração constante

Marcelo Capello Martins (Doutorando – PUC-Rio)

A transparência como dominação: Han e a psicopolítica na era informacional

Ingrid Nogueira do Nascimento Magalhães (Mestranda – UFRRJ)

15h às 17h: Comunicações | Mesa 03

O dispositivo do segredo por/em Michel Foucault

Beatriz Santos Lopes (Mestranda – UERJ)

A práxis esquizoanalítica e o uso legítimo das sínteses do inconsciente maquínico

Pedro Paulino Fernandes (Mestrando – UERJ)

Profanação das formas-de-vida: uma oposição aos dispositivos de poder

Wallace Almeida Neves da Silva (Mestrando – UERJ)

Dois sentidos do sensível: Deleuze e a dimensionalidade da diferença

Caique da Silva Caldas (Mestrando – UERJ)

17h30min às 19h30min: Palestra

Riscos menos visíveis da hegemonia tecnológica impulsionada pelo advento das IAs gerativas

Prof. Edgar Lyra (PUC-Rio)

TERÇA-FEIRA (23 de setembro de 2025)

09h30min às 11h: Comunicações | Mesa 04

A infalibilidade da técnica em Platão: notas sobre República I 340c- 341a

Marcos Tadeu Neira Miranda (Doutor – USP)

Lísias e o “casamento gay” no Fedro de Platão

Felipe Ayres de Andrade (Doutor – UFRJ/PPGLM)

Cidadania e amizade nas Leis de Platão

Luciana Valesca Fabião Chachá (Doutoranda – UFRJ/PPGLM)

13h às 14h30min: Comunicações | Mesa 05

Os Prodígios Escutados: a paradoxografia como gatilho filosófico?

Bruna Tavares Cardoso (Mestranda – UERJ)

O vocabulário da diferença no livro I da Física de Aristóteles

Aldrin Pardellas de Carvalho (Mestrando – PUC-Rio)

Política e vida moral em Aristóteles e Epicuro

Izabella Tavares Simões Estelita (Doutoranda – PUC-Rio)

15h às 17h30min: Comunicações | Mesa 06

Ética dos papéis e kathekonta em Epicteto

Carlos Enéas Moraes Lins da Silva (Doutorando – PUC-Rio)

Eikōn e ágalma: o estatuto ontológico da imagem nas Enéadas de Plotino

Victória Milanês Alexandria (Mestranda – UFF)

A noção de história em Agostinho: uma dialética celestial

Josias Ribeiro Costa (Doutorando – PUC-Rio)

Agostinho e a opinião dos graeculi acerca dos movimentos da alma

Julia Maia Peixoto Camargo (Doutoranda – USP)

Introdução ao problema dos universais em João de Santo Tomás

Alfredo Venceslau Figueredo Morán (Mestrando – UFF)

17h30min às 19h30min: Palestra

Notas sobre a parte e o todo na filosofia da linguagem platônica: nomes e sentenças no Crátilo e no Sofista

Prof.^a Luisa Buarque (PUC-Rio)

12

QUARTA-FEIRA (24 de setembro de 2025)

09h30min às 11h30min: Comunicações | Mesa 07

A crítica platônica da doxa: reflexões arendtianas sobre a ruptura entre Filosofia e Política

Luiza de Aguiar Neiva (Mestranda – PUC-Rio)

Entre o formalismo e a proposta prática do pensamento político arendtiano: uma análise acerca do sentido de uma teoria pura do político

Denil José Cardoso Lima (Mestrando – PUC-Rio)

Negação no artigo “A Reação na Alemanha” de Bakunin a partir da leitura de J. P. Angaut, Luciana Brito e Paul McLaughlin

Pablo Trindade Torralbas (Mestrando – UFRJ/PPGLM)

Fetichismos em Freud e Dussel: considerações para a reflexão política

Guilherme Guimarães Sebastião (Mestrando – UFABC)

13h às 14h30min: Comunicações | Mesa 08

O que pode querer o Zarathustra de Nietzsche segundo interpretação de Heidegger: acerca da redenção da vingança do tempo contra o tempo

Lucas de Moura Justino Souza (Doutorando – UFRJ/PPGF)

A filosofia de J.-P. Sartre na construção de uma epistemologia política

Breno Messano Braga (Doutorando – PUC-Rio)

A liberdade no Ensaio sobre os dados imediatos da consciência de Henri Bergson

Luiz Fernando de Oliveira Proença (Doutorando – USP)

15h às 17h: Comunicações | Mesa 09

Papel calibrador: um novo papel epistêmico para a experiência?

Renata Martins Prado Matos Augusto (Mestranda – UFRJ/PPGLM)

Desacordos profundos: uma revisão crítica

Paloma de Souza Xavier (Doutoranda – PUC-Rio)

A possibilidade do conhecimento: gêmeos verbais, contextualismo e seus desdobramentos na epistemologia

Cristiane Pinheiro (Mestranda – PUC-Rio)

Regresso de Carroll: um problema para a inferência lógica

Thiago Lopes da Costa Gomes (Mestrando – UFRJ/PPGF)

13

17h30min às 19h30min: Palestra

A linguagem, essa desconhecida

Prof. Danilo Marcondes (UFF)

QUINTA-FEIRA (25 de setembro de 2025)

09h30min às 12h: Comunicações | Mesa 10

O sonho dos filósofos: imagem e experimentação artística no discurso filosófico em Nietzsche e Diderot

André M. Penna-Firme (Doutorando – PUC-Rio)

O morto que dança: entre o individual e o transindividual no ocaso de Zarathustra

Laura Francis (Mestranda – USP)

Notas sobre O Caso Wagner e a questão do estilo

Quésia Oliveira Olanda (Doutoranda – UFRJ/PPGF)

Foi Nietzsche um pensador teórico na ética?

Daniel Melo Soares (Mestrando – UFMG)

Algumas breves considerações sobre o papel da arte na cultura, segundo o jovem Nietzsche

Larissa da Silva Medeiros (Doutoranda – UFRJ/PPGF)

13h às 15h: Comunicações | Mesa 11

A injustiça epistêmica como mediador normativo do lugar de fala: uma interlocução entre Djamila Ribeiro e Miranda Fricker

Felipe Cordeiro Alves (Doutorando – UFMG)

O revisionismo histórico em Fanon. Uma leitura benjaminiana

Luigi Tonom Martin (Mestrando – UNICAMP)

Sob o véu da invisibilidade: limites da justiça rawlsiana diante dos direitos LGBTQIAPN+

Leandro Rocha dos Santos (Doutorando – UFRRJ)

Performatividade e paródia e fracasso

Richard Roseno Pires (Doutorando – UERJ)

14

15h às 17h: Comunicações | Mesa 12

O Estado democrático de direito burguês no sistema capitalista-fascista

Gilberto Davanço Neto (Doutorando – PUC-SP)

Quando começa o capitalismo? A mercadoria e o “espaço histórico das categorias” em O capital, de Karl Marx

Lutti Mira (Doutorando – USP)

A vulgarização do Verfremdungseffekt: notas sobre a atualidade do teatro de Brecht na periferia do capitalismo

Davi Dias Ribeiro Arantes (Doutorando – UERJ)

Reflexões sobre a expansão dos sentidos do Realismo Socialista

Antônio Pedrosa Castellar Pinto (Doutorando – PUC-Rio)

17h30min às 19h30min: Palestra

“Falar a língua do opressor”: reflexões sobre linguagem e dominação a partir de Sartre e Fanon”

Prof.^a Fernanda Alt (PUC-Rio)

SEXTA-FEIRA (26 de setembro de 2025)

09h30min às 11h30min: Comunicações | Mesa 13

Simone Weil e o horror

Guta Rufino (Mestranda – UFF)

O que narra um bordado?

Salma da Silva Soria (Doutoranda – PUC-Rio)

A ontologia da fotografia em Bad Bunny: O caso de DeBí TiRAR MáS FOToS

Gabriela Reboredo Evora (Doutoranda – UNICAMP)

O tempo experienciado nas práticas de candomblé e sua abertura de possibilidades

Maria Eduarda Cardoso de Melo Capotorto (Doutoranda – PUC-Rio)

15

13h às 14h30min: Comunicações | Mesa 14

A lei do gênero: desconstrução, contaminação e fissuras em Derrida e Lispector

Pâmela Bueno Costa (Doutoranda – UFRJ/PPGF)

Criar a verdade, traduzir o desconhecido: em torno da escrita de Clarice Lispector

Tomás Brena Sertã (Mestrando – PUC-Rio)

Coragem para amar como princípio unificador de Grande sertão: veredas. O erro trágico de Riobaldo

Thiago Henriques da Mata Guimarães Corrêa (Doutorando – UFF)

15h às 17h: Comunicações | Mesa 15

Aquele que foi dilacerado: Jean-Jacques Rousseau e a autobiografia

José Guilherme Deister Nicomedes (Mestrando – UERJ)

As formas literárias da filosofia: mulheres e escrita na França moderna

Mary Emily Mattoso Silva Suzano (Mestranda – PUC-Rio)

Libertinos honestos, libertinos criminosos: uma análise de Teresa filósofa (1748) e Filosofia na alcova (1795)

Sofia Ribeiro Mendes De Felice Souza (Mestranda – PUC-Rio)

Reflexão e autorrepresentação: breves considerações sobre dois tipos de consciência em Descartes

Leandro Vasconcelos Machado de Mello (Mestrando – UERJ)

17h30min às 19h30min: Palestra

A busca de um “eu”: Annie Ernaux, Édouard Louis e a escrita autobiográfica

Prof.^a Marcela Oliveira (UERJ)

19h30min às 22h30min: Coquetel de encerramento.

Local de realização das atividades:

Sala L1156 (Leandro Konder). 11º andar do prédio Cardeal Leme.

XXVI SEMANA DOS ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA PUC-RIO
22 a 26 de setembro 2025

RESUMOS

O exercício especulativo na composição de uma Terra equívoca

João Victor de Almeida Consoli

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/7087018296404332>

jonconsoli27@gmail.com

17

A autora Isabelle Stengers trata acerca do conceito de Cosmopolítica a partir da ideia de uma série de suspensões. Como podemos produzir ativamente um ambiente que permita um diálogo entre diferenças? Ou ainda, para citar o slogan do movimento Zapatista, o que está em jogo quando falamos sobre a composição de um mundo onde caibam muitos mundos? Para tal, o projeto cosmopolítico funciona em um regime especulativo de confiança e responsabilidade, onde cada personagem tece, desfaz, recupera formas de viver e morrer graças aos outros e se arriscando pelos outros (Jensen; Thorsen, 2018, p. 18).

Em relação à Cosmopolítica de Stengers, a autora Donna Haraway nos apresenta o conceito de *SF* que, para ela, também representa uma cosmopolítica carnuda (Haraway, 2023, p. 29). Mas ainda, o exercício ficcional-fabulativo do *SF* também fala sobre a concepção dos mundos, da contação de geoestórias (Haraway, 2023, p. 75) e da terraformação dos mundos a partir das coletividades que os compõem. Ambos os exercícios de composição partem do exercício especulativo como um experimento de pensamento que inscreve nossas práticas no mundo.

Também, de acordo com a autora Annemarie Mol “a realidade não precede as práticas mundanas nas quais interagimos com ela, mas é, ao contrário, moldada dentro dessas práticas” (Mol, p. 75, 1999). Dessa maneira, fica claro que existe uma relação direta com as práticas daqueles que estão formando os mundos e os mundos que estão sendo formados por eles. Podemos entender que para que haja a composição e o diálogo entre mundos, é necessário que haja um exercício de especulação e ficcionalização entre eles. Se os Mundos são criados e desfeitos de maneira ativa, então é necessário que haja uma espécie de política ontológica que diga o que existe e o que deixa de existir.

Assim, para pensar uma Terra que está em variação e em perpétua transformação (Maniglier, 2023, p. 93), devemos pensar uma Terra, ou terras, que estão em processo de constante terraformação pelas coletividades complexas que a compõem. E que ao mesmo tempo, por mais que a Terra seja o terreno obrigatório de encontro (Maniglier, 2023, p. 91) entre suas diferentes variações, esse encontro só é possível de aparecer a partir do excesso (De la Cadena, 2024, p. 64) que compõe suas variações geontológicas (Povinelli, 2023).

Palavras-chave: Ficção. Política ontológica. Filosofia da ciência. STS. Pluralismo ontológico.

Bibliografia

DE LA CADENA, M. *Seres-terra*. Cosmopolíticas em mundos andinos. Tradução de Caroline Nogueira e Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

JENSEN, C. B; THORSEN, L. M. *Reclaiming Imagination: Speculative SF as an Art of Consequences. An Interview with Isabelle Stengers*. NatureCulture, 2018. Disponível em: <<https://www.natcult.net/interviews/reclaiming-imagination-speculative-sf-as-an-art-of-consequences/>>.

MANIGLIER, P. Quantas Terras? In: VIVEIROS DE CASTRO, E; SALDANHA, R. M; DANOWSKY, D. *Os mil nomes de Gaia*: Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Machado, 2023.

MOL, A. Ontological Politics. A Word and Some Questions. *The Sociological Review*, 47, p. 74-89, 1999.

POVINELLI, E. A. *Geontologias* - Um réquiem para o liberalismo tardio. São Paulo: Ubu Editora, 2023, p. 304.

A semiótica política de Donna Haraway: por uma outra noção de justiça

Tiago Andrade da Silva

Mestrando em Filosofia na UFABC

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/8753419609363897>

silva.tiandrade@gmail.com

19

Em seu ensaio *The Promises of Monsters* (1992) a filósofa Donna J. Haraway tece uma crítica àquilo que chamou de semiótica política da representação. Considerando os argumentos de Bruno Latour (2009) a respeito da representação da Natureza baseada no que ele chamou de Constituição Moderna, assim como em uma leitura difrativa dos estudos da ciência (*science studies*) a partir dos estudos culturais, a autora verifica um desnível de poder nas práticas de representação. A Natureza, em tese algo autoevidente porque objetivo, necessitaria de um representante que justificasse a necessidade das representações. A crítica de Haraway é questionadora da autoridade do representante e de como se dá sua legitimação na ciência, descrevendo essa estrutura através da linguagem da representação democrática e outras práticas culturais difundidas (o orientalismo).

No lugar do representacionismo, Haraway propôs um tipo de semiótica articulacionista que assume uma natureza social, buscando estabelecer diálogos com ela. Essa semiótica é descrita pela autora como uma em que construções tecnocientíficas e a natureza social reestruturam aquilo que entendemos como justiça. Assim, ela demonstra sua apreciação a respeito da Aliança dos Povos da Floresta lançada por Ailton Krenak e Chico Mendes como uma prática articulacionista. No entanto, a autora é reticente quanto ao tipo de arena a ser reivindicada pela justiça multiespécie e sobre as formas que ela pode assumir.

Latour (2009), por sua vez, sugeriu o Parlamento das Coisas como um espaço onde híbridos que não se localizam nem na Natureza e nem na Sociedade poderiam ser representados por cientistas. Tensionando essa sugestão a partir da proposta cosmopolítica de Isabelle Stengers (2018), Maria Puig de la Bellacasa (2017) sugere que essa arena política seria limitada para os interesses da justiça multiespécie e para os

críticos da representação. Recentemente, movimentos sociais latinoamericanos têm advogado pelos Direitos da Natureza como uma prática de justiça para nossa época, mesmo quando reconhecem os limites de práticas representativas que envolvem o Estado (Gudynas, 2014).

Nesta comunicação, mobilizaremos a compreensão material-semiótica de Haraway para provocar a imaginação a respeito das formas que a justiça multiespécie pode assumir, particularmente como ela pode nos ajudar a pensar arenas para sua efetivação. Sugerimos que, ao conceber a natureza como um lugar de memória coletiva e de práticas de justiça, Haraway aparece como autora chave a partir da qual tensionar a representação e reimaginar a justiça de maneira implicada com outras espécies.

Palavras-chave: Representação. Ciência. Justiça multiespécie. Feminismo. Cosmopolítica. Pensamento ecológico.

Bibliografia

BELLACASA, M. P. de la. *Matters of Care: speculative ethics on more than human worlds*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2017.

GUDYNAS, E. *Derechos de la Naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales*. Lima: [s.n.], 2014.

HARAWAY, D. J. The promises of monsters: a regenerative politics for inappropriate/d others, *Cultural studies*, 1992.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, p. 442-464, 2018.

Uma ética da palavra na sociedade tecnológica: a obra de Jacques Ellul para redignificar o discurso em um mundo de aceleração constante

Marcelo Capello Martins

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/1216804155945867>

marcelocapello1998@gmail.com

21

Jacques Ellul (1912-1994) dedicou grande parte de sua obra a pensar a técnica como o fenômeno definitivo e de maior abrangência do mundo ocidental. Entre as muitas críticas feitas pelo autor, sua crítica ao mundo totalmente imagético em que nos inserimos se destaca. Em *The Humiliation of the Word*, o filósofo discute como a proliferação de imagens tecnicamente geradas e espalhadas compromete a capacidade discursiva em suas várias facetas.

A proposta desta apresentação é discutir como o diagnóstico de Ellul continua urgente, sobretudo com a invasão das Inteligências Artificiais gerativas de textos e imagens e com a algoritmização da vida cotidiana. No contexto das redes sociais, cabe refletir sobre o *shitstorm*, termo cunhado por Byung-Chul Han para designar a descarga desrespeitosa de afetos e ofensas, e como os vieses dessas redes, a saber, aceleração e trivialidade, afetam a capacidade discursiva. Já no caso das IAs, a pergunta central diz respeito ao impacto que elas terão na forma como nos comunicamos e mesmo em como pensamos. Que tipo de complexidade e recursos linguísticos um jovem cuja maior parte do esforço de escrever é destinado à formulação de *prompts* é capaz de desenvolver?

A apresentação começará por situar o tema do discurso dentro da presente tese de doutorado em que ele se insere. Partirei da contextualização do fenômeno técnico, descrito por Ellul em *A Técnica e o Desafio do Século*, e do conceito de Tecnofilia por mim proposto e basilar para toda a pesquisa. O próximo passo será discutir o que chamo de “blefes da tecnofilia”: tipos de discurso que promovem as tecnologias olhando apenas para os benefícios e deixando de lado os pressupostos e efeitos negativos das mesmas.

Destacam-se os blefes da aristocracia, o blefe do humanismo e o blefe da cultura técnica, pois eles estão intimamente ligados à promoção das IAs e à comunicação humana.

A exposição terminará com olhares voltados à área da educação, sobretudo em nível escolar, com o intuito de mostrar como a “humilhação” da palavra, o descaso pela autoridade e a assimilação dos vieses digitais na linguagem comum podem ser catastróficos e desmobilizantes na busca por um futuro mais digno de ser vivido. Tal proposta é de suma importância frente aos desafios impostos pela crise climática, a polarização política e, como quero enfatizar, a ubiquidade tecnológica. Trata-se, em suma, de partir das obras de Ellul e pensadores mais contemporâneos para propor uma ética da palavra.

Palavras-chave: Tecnofilia. Palavra. Ética. Tecnologia. Inteligência Artificial.

Bibliografia

ELLUL, J. *The Technological Bluff*. Michigan: Eerdsmans Pub Co, 1990.

_____. *A Técnica e o Desafio do Século*. Tradução de Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. *The Humiliation of the Word*. Translated by Joyce Main Hanks. Eugene, Oregon: Wipf and Stock Publishers, 2017.

HAN, B.-C. *No Enxame*. Perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

SULEYMAN, M.; BHASKAR, M. *A Próxima Onda*. Inteligência Artificial, poder e o maior dilema do século XXI. Tradução de Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Record, 2023.

A transparência como dominação: Han e a psicopolítica na era informacional

Ingrid Nogueira do Nascimento Magalhães

Mestranda em Filosofia na UFRRJ

<http://lattes.cnpq.br/3563276305674399>

ingridnnm@gmail.com

23

Objetiva-se nesta comunicação refletir, à luz da filosofia de Byung-Chul Han, sobre os impactos da psicopolítica digital na constituição das subjetividades e nas formas contemporâneas de poder. Justifica-se tal investigação pela crescente influência de dispositivos digitais e lógicas algorítmicas na cotidianidade, o que exige uma abordagem crítica-filosófica das novas formas de dominação. Em diálogo com os desdobramentos teóricos de Michel Foucault (2014) e Gilles Deleuze (1992) sobre as sociedades disciplinares e de controle, Han (2017; 2018) identifica a emergência de uma racionalidade neoliberal marcada por mecanismos imateriais e imperceptíveis, que não operam mais sobre corpos, mas sobre mentes. Nesse novo paradigma, a liberdade se torna uma armadilha: os indivíduos se percebem autônomos enquanto reproduzem, voluntariamente, padrões de comportamento moldados por lógicas de mercado e tecnologia.

A metodologia utilizada baseou-se em análise bibliográfica e revisão teórica das principais obras de Han, com ênfase em *Psicopolítica* (2018), *Sociedade da Transparência* (2017), *No Enxame* (2018) e *Infocracia* (2022), além de interlocuções com Foucault (2014) e Deleuze (1992). A psicopolítica digital, conceito central desta análise, refere-se à transição de uma biopolítica centrada no corpo para uma forma de controle psíquico e emocional, sustentada por redes sociais, dispositivos digitais e big data. Esses elementos transformam os sujeitos em fontes incessantes de dados, que alimentam sistemas de vigilância passiva e ativa, configurando o que Han denomina de “presídio digital transparente”. As decisões passam a ser automatizadas e guiadas por algoritmos que substituem o juízo ético e a argumentação pela lógica da eficiência e da previsibilidade.

Os resultados apontam para a consolidação de uma nova ordem social que impõe desafios éticos e políticos urgentes: a perda de privacidade, a ilusão de liberdade e a homogeneização das experiências humanas. Em um mundo orientado pela informação, a verdade — compreendida por Han (2017) como aquilo que possui duração — cede lugar à eficácia instantânea e à volatilidade das *fake news*. A sobrecarga informacional, longe de promover o esclarecimento, obscurece a compreensão, tornando-se deformativa. A racionalidade digital reforça a quantificação e o controle em detrimento da reflexão, da negatividade e da diferença.

Portanto, a psicopolítica digital atua como um sofisticado mecanismo de autoc coerção e dominação psíquica, travestido de liberdade e autonomia. A transparência total, exaltada como valor contemporâneo, dissolve os espaços de resistência, de silêncio e de alteridade. Assim, reafirma-se a necessidade da negatividade, do pensamento crítico e da ética frente ao avanço das tecnologias informacionais e suas implicações subjetivas e políticas.

Palavras-chave: Psicopolítica. Byung-Chul Han. Digital. Transparência. Ética.

Bibliografia

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HAN, B-C. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. *Sociedade da Transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. *Topologia da Violência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. *No Enxame*. Perspectivas do Digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. *Psicopolítica*. O neoliberalismo e as novas formas de poder. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis: Vozes, 2022.

O dispositivo do segredo por/em Michel Foucault

Beatriz Santos Lopes

Mestranda em Filosofia na UERJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/2088311266874901>

bleatrizlopes@gmail.com

25

Em 1963, Michel Foucault escreveu um livro sobre um dos precursores do surrealismo, Raymond Roussel, cujo ponto de partida se dava pelo fim, por meio do texto intitulado *Como escrevi alguns de meus livros* — um trabalho no qual Roussel revelava o procedimento por trás de alguns de seus escritos realizados em vida, seguido de uma breve biografia. O texto, escrito e guardado para uma aparição póstuma que se propõe a revelar cuidadosamente os segredos metodológicos da obra de Roussel, é visto por Foucault como um duplo problema: uma chave que promete decifrar alguns textos, mas que, ao mesmo tempo, obscurece o processo de escrita dos títulos que não são abordados, incluindo o próprio livro *Como escrevi alguns de meus livros*.

O dispositivo do segredo, em um tom quase profético, brilha de forma opaca na penumbra do funcionamento do procedimento de Raymond Roussel, transcrevendo-se em *Raymond Roussel* como um texto estranho, complexo e pouco mencionado no arquivo foucaultiano. Em uma entrevista dada em 1983, na qual, quando perguntado sobre o livro sobre Roussel, Foucault responde: "é um livro à parte em minha obra. (...) Ninguém jamais prestou atenção nesse livro e estou muito contente com isso. É minha casa secreta, uma história de amor que durou alguns verões. Ninguém soube disso." (FOUCAULT, 2009, pp. 409-410).

Atualmente, os estudos foucaultianos são constantemente tensionados pela publicação de diversos textos secretos que compõem a obra não autorizada de Foucault. Seguindo a mesma lógica do escritor Franz Kafka, Foucault teria desautorizado a publicação de seus manuscritos "inéditos", que não param de surgir como chaves que, simultaneamente, esclarecem e obscurecem a produção de sua vida. As novidades trazidas por rascunhos, complementos e obras contraditórias em relação ao que até então constituía o "arquivo foucaultiano" acrescentam mais camadas de complexidade às

noções de "obra" e "autoria" — temas já problematizados pelo próprio Foucault (cf. *O que é um Autor?*) — que tornam qualquer trabalho dentro desses termos metodológicos extremamente movediços.

Dessa forma, com o objetivo de analisar criticamente a situação dos estudos foucaultianos em relação às obras inéditas publicadas nos últimos anos pelas editoras Gallimard/Seuil e Vrin, buscamos tratar o segredo *por* Michel Foucault e *em* alguns de seus trabalhos. A comunicação parte do procedimento metodológico do encontro de Foucault com o "livro-chave" de Roussel para, então, examinar as diversas lacunas dos estudos foucaultianos que continuam a eclodir e a ser provisoriamente preenchidas.

Palavras-chave: Segredo. Autoria. Obra. Michel Foucault. Raymond Roussel.

Bibliografia

FOUCAULT, M. *Raymond Roussel*. Tradução de Manoel Barros da Motta e Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

_____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização e seleção de textos por Manoel Barros da Motta, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos, III).

_____. A literatura e a loucura - A loucura na obra de Raymond Roussel *In*: FOUCAULT, M. *Loucura, linguagem, literatura*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Ubu Editora, 2024, p. 106-119.

ROUSSEL, R. *Como escrevi alguns dos meus livros*. Tradução de Fabiano Barboza Viana. Florianópolis: Cultura e Barbáries, 2015.

A práxis esquizoanalítica e o uso legítimo das sínteses do inconsciente maquínico

Pedro Paulino Fernandes

Mestrando em Filosofia na UERJ

Bolsista do CNPQ

<http://lattes.cnpq.br/2437835496539345>

pedro-06fernandes@hotmail.com

27

A seguinte apresentação possui como objetivo explorar as especificidades, peculiaridades e possíveis limitações da prática esquizoanalítica como descrita no *Anti-Édipo* de Gilles Deleuze e Félix Guattari, paradigmaticamente através do inconsciente maquínico como aparelho transcendental responsável por definir os fundamentos metafísicos e epistemológicos da produção do Real presente na filosofia deleuzo-guattariana. Em sua descrição mais detida sobre a práxis esquizoanalítica, contida no quarto capítulo d'O *Anti-Édipo: Introdução à Esquizoanálise*, Deleuze e Guattari apresentam suas duas tarefas positivas da esquizoanálise em um regime de indissociabilidade com a tarefa destrutiva, de modo que as duas tarefas aparecem como elementos metodológicos da desconstrução molecular dos conjuntos molares estruturados. Nesse sentido, os autores afirmam que embora possua um conteúdo prático, a esquizoanálise não constitui um *programa*. Assim, as tarefas positivas serão relacionadas com o problema do uso legítimo das sínteses passivas do inconsciente maquínico.

Primeiramente trataremos de expor as três sínteses passivas realizadas pelo inconsciente maquínico de modo a associar a passividade das sínteses à destituição do Sujeito – ou Consciência – do centro do projeto epistemológico deleuzo-guattariano, pondo em questão tanto a possibilidade de um uso legítimo das sínteses quanto seu lastreamento metafísico e ontológico, por meio de uma concordância e assimilação de um Sujeito de Enunciação Coletivo.

Em seguida, partiremos propriamente para o exame das duas tarefas positivas da esquizoanálise como limite de ação de viés molecularizante da práxis esquizoanalítica, contextualizando-a através das especificidades da Máquina Capitalista Civilizada e seus

problemas de afinidade entre o molar e o molecular decorrentes da identidade de natureza entre o regime produtivo e o regime social, presentes no *socius* capitalista.

O objetivo da apresentação é constatar o caráter eminentemente pragmático em um sentido ético e metafísico do Real engendrado pelo processo de produção desejante. Bem como analisar os motivos pelos quais a práxis esquizoanalítica deleuze-guattariana não pode constituir um programa sistemático, normativo e prescritivo.

28

Palavras-chaves: Ética. Esquizoanálise. Transcendental. Uso legítimo.

Bibliografia

DELEUZE, G. *Para ler Kant*. 2. ed. Tradução de Sonia Dantas Pinto Guimarães. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. As máquinas desejantes. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. Tradução de Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 11-72.

_____. Introdução à esquizoanálise. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. Tradução de Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 361-506.

Profanação das formas-de-vida: uma oposição aos dispositivos de poder

Wallace Almeida Neves da Silva

Mestrando em Filosofia na UERJ

Bolsista da FAPERJ

<https://lattes.cnpq.br/7339073938972716>

wallacefilosofia9@gmail.com

29

Nos dias atuais, as sociedades ocidentais enfrentam um colapso nas formas tradicionais de identidade. As formas-de-vida contemporânea já não suportam a rigidez da metafísica tradicional, que reduz os sujeitos a existências de caráter fixo. A lógica aristotélica, ao separar *zoé* e *bios*, forneceu um alicerce para que o pensamento político ocidental estruturasse uma política fundada na exclusão. O presente resumo tem como objetivo pensar em como podemos assumir esse esgotamento da identidade, sem sermos assimilados pelos dispositivos de controle. Para tanto, faz-se urgente trazer a ideia de profanação ao diálogo para construirmos modos de existências que não se separem da sua prática.

Segundo Tiqqun, categorias como “intelectual”, “trabalhador”, “assassino”, “militante” perderam força representacional. Apesar disso, o Império – noção contemporânea de poder - aparece a fim de colonizar a subjetividade, sobretudo, por meio de dispositivos tecnológicos como as *big techs*. O Império demonstra o seu poder, mas também a sua fraqueza “o Império, extrai desta toda sua força, mas também a imensidão de suas fraquezas” (Tiqqun, 2019, p. 202). Apesar de seus esforços em capturar a vida e modulá-la conforme a lógica do capitalismo, ainda há desvios e práticas que escapam a essa normatividade.

A partir de uma investigação teórico-bibliográfica, trazer Wittgenstein para esta discussão é fundamental. Em sua obra *Investigações Filosóficas*, o autor rompe com a concepção tradicional da linguagem como espelho do mundo, aquela de que “cada palavra tem uma significação” (Wittgenstein, 1999, p. 27). Ele mostra que os enunciados adquirem sentido em contextos práticos – nos jogos de linguagem. Essas formas de vida

estabelecidas pelo filósofo austríaco, contrapõem-se diretamente à tentativa Império de fixar e representar identidades, como explicitado por Tiqqun.

Matias Saidel analisa que o conceito de forma-de-vida, reelaborado por Agamben, propõe a superação das dicotomias clássicas do pensamento ocidental, como a oposição entre o biológico e o cultural, permitindo com que o ser humano possa assumir a sua forma pré-determinada, cuja existência é inseparável de sua prática. Práticas que nada representam além de si mesmas, abertas ao comum, como o exemplar em *A comunidade que vem* “Exemplar é aquilo que não é definido por nenhuma propriedade, excepto o ser-dito” (Agamben, 1993, p. 16), tornam-se possíveis quando profanamos nossas formas-de-vida. Portanto, a profanação agambeniana aqui se destaca, pois, ela articulada com a noção de jogos de linguagem em Wittgenstein, oferece uma via potente para repensarmos certas práticas e inventar novos usos que resistam à captura da vida pelo Império.

Palavras-chave: Formas-de-vida. Linguagem. Política. Identidade. Profanação. Dicotomias tradicionais.

Bibliografia

AGAMBEN, G. *A Comunidade que vem*. Tradução de António Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SAIDEL, M. Form(s)-of-Life. Agamben’s Reading of Wittgenstein and the Potential Uses of a Notion. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 37, n. 1, p. 163-186, 2014.

TIQQUN. *Contribuição para a guerra em curso*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019.

Dois sentidos do sensível: Deleuze e a dimensionalidade da diferença

Caíque da Silva Caldas

Mestrando em Filosofia na UERJ

Bolsista do CNPq

<http://lattes.cnpq.br/3549877747806302>

caldascaiue0@gmail.com

31

Este seminário tem como objetivo distinguir e analisar os dois sentidos do sensível na filosofia de Gilles Deleuze, em especial no modo como são apresentados em seu *Diferença e repetição* (1968). Para tal, serve-se, no geral, dos capítulos quarto e quinto, intitulados, respectivamente, “A imagem do pensamento” e “Síntese assimétrica do sensível”. Nosso objetivo é discriminar duas dimensões da sensibilidade: uma remetida ao ser sensível extenso, cuja atuação se restringe ao campo da experiência possível; e outra remetida ao ser do sensível intenso, cuja disposição dirige-se ao que Deleuze denominou “o impensável”, que consistiria propriamente naquilo “que deve ser pensado” ou que “só pode ser pensado”, isto é, a diferença.

A primeira etapa da apresentação consiste em dispor dois modelos de pensamento identificados pelo autor: o da reconhecimento, comprometido com as imagens representacionais do sensível e da própria faculdade de pensar; e o da diferença, cuja forma deve ser desenhada *a posteriori*, em resposta a um signo exterior, estranho e inédito por natureza, que forçaria as faculdades (do pensamento, da imaginação e da memória) a enfrentarem seus limites próprios.

A segunda etapa da apresentação versa sobre o débito deleuziano em relação à teoria das grandezas kantiana e sua atualização no conceito de *Spatium* intenso. Neste sentido, na medida em que este último conceito é fruto do diagnóstico da má compreensão kantiana das grandezas intensivas (para os fins deste trabalho, na forma como elaborada na *Analítica dos princípios da Crítica da Razão Pura*), esta etapa busca discriminar as manobras conceituais agenciadas pelo filósofo francês para fundamentação de uma filosofia da diferença distanciada de uma teoria da apreensão do diverso na intuição sensível.

Por fim, nossa proposta é fazer um balanço geral do material exposto, isto é: avaliar os efeitos pragmáticos da crítica deleuziana sobre nossa experiência do sensível, ponderar seus êxitos e pertinências teóricas, e acusar o caráter sistemático e sistematizante de sua teoria dos limites.

Palavras-chave: Deleuze. Sensibilidade. Diferença. Intensidade. Kant.

Bibliografia

DELEUZE, G. *Proust e os signos*. Tradução de Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. A imagem do pensamento. In: _____. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2018, p. 193-247.

_____. Síntese assimétrica do sensível. In: _____. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2018, p. 322-377.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Fernando Costa Mattos. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

A infalibilidade da técnica em Platão notas sobre *República I* 340c-341a

Marcos Tadeu Neira Miranda

Doutor em Filosofia pela USP

<http://lattes.cnpq.br/9558807804161457>

marcostnmiranda@gmail.com

33

No decurso da discussão entre Sócrates e Trasímaco no primeiro livro da *República* de Platão, o sofista alega que o técnico, em sentido rigoroso, no exercício de sua técnica, não erra. A infalibilidade do técnico é afirmada, à primeira vista, a despeito de seu caráter paradoxal, isto é, contrário à experiência corrente em que se verifica que os técnicos – médicos, pilotos de navio, músicos etc. –, por vezes, no exercício de suas técnicas, cometem erros. Para Trasímaco, contudo, a alegação da infalibilidade técnica não é contraditória com a experiência corrente do erro dos técnicos, pois é preciso se atentar a uma distinção entre dois registros de discurso a respeito da técnica: um registro rigoroso, no qual o técnico, enquanto técnico, nunca erra; e um registro comum, no qual se diz que o técnico errou (*República I* 340d-e). Propõe-se nesta comunicação um exame da infalibilidade da técnica consoante ao discurso rigoroso, com vistas a compreender o sentido da passagem em tela, bem como suas implicações para a concepção platônica de técnica.

Primeiro, apresentaremos uma chave de leitura que permite a compreensão da duplicidade de registros de discurso acerca da técnica. Trata-se da ideia de que a técnica em seu sentido rigoroso – tal como referido por Trasímaco, e, quero argumentar, aceito por Sócrates – consiste essencialmente em um tipo de *akribeia* (precisão, acurácia). Recorrendo a uma passagem do *Filebo* (55c-56b), argumentaremos que a técnica definida essencialmente como *akribeia* equivale ao registro rigoroso de técnica exposto na *República I*, enquanto a técnica, considerada em sua mistura de *akribeia* e *empeiria* equivale ao registro comum de consideração da técnica, uma vez que se distancia da precisão e abre-se à possibilidade do erro.

Na segunda parte da comunicação, será apresentada uma passagem do *Eutidemo* (279c-280b) que figura como possível candidata a expressar a operação própria do

conhecimento técnico. Aqui, descreve-se a sabedoria (*sophia*) como equivalente ao sucesso (*euthukhia*). Neste sentido, a presença do saber técnico assegura sempre o resultado bem-sucedido da ação empreendida, de modo a se dissipar as névoas do acaso (*tukhe*), e tornar transparente o resultado da ação visada, possibilitando a afirmação da infalibilidade da técnica.

Como conclusão, temos que a *akribeia* é o que faz de qualquer técnica uma técnica, ainda que na experiência corrente constata-se que as técnicas são compostas de uma mistura de *akribeia* e *empeiria*, o que as torna em maior ou menor medida vulneráveis ao acaso e ao erro.

Palavras-chave: Platão. Técnica. Erro. Acaso. Precisão.

Bibliografia

JONES, R. “Wisdom and Happiness in the *Euthydemus* 278-282”. *Philosopher’s Imprint* 13 [14], p. 1-21, 2013.

NAWAR, T. “Platonic know-how and the successful action”. *European Journal of Philosophy*, 25, p. 44-62, 2017.

_____. “Dynamic modalities and teleological agency: Plato and Aristotle on skill and ability” in JOHANSEN, Thomas Kjeller. *Productive Knowledge in Ancient Philosophy: the concept of technê*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, p. 39-61.

PLATÃO. *Platonis Rempublicam*. (ed. S. R. Slings). Oxford Classical Texts. Oxford University Press, 2003.

_____. *A República*. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado e revisão técnica e introdução Roberto Bolzani Filho. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

_____. *Eutidemo*. Texto estabelecido e anotado por John Burnet; tradução, apresentação e notas de Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2011.

_____. *Filebo*. Tradução de Fernando Muniz. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Loyola, 2012.

RIDER, B. “Wisdom, Εὐτυχία, and Happiness in the *Euthydemus*”. *Ancient Philosophy* 32, p. 1-14, 2012.

Lísias e o “casamento gay” no *Fedro* de Platão

Felipe Ayres de Andrade

Doutor em Filosofia pelo PPGLM da UFRJ

<http://lattes.cnpq.br/1836805276146414>

fayres415@gmail.com

35

No *Fedro*, é atribuído ao logógrafo meteco Lísias um discurso em que se condena o “amor” (ἔρως) e se exalta a “amizade” (φιλία). A literatura especializada costuma enxergar nesse gesto algo de escandaloso e amiúde anacrônico, como se Lísias estivesse falando de sexo sem compromisso, ou, ainda, incentivando veladamente a prostituição, e que, por isso, seria criticado por Sócrates no diálogo.

Nesta fala, retomarei Adkins para propôr um sentido mais específico à “amizade” que se deixa vislumbrar no discurso de Lísias. Segundo Adkins (1994), a amizade não é apenas um sentimento de afeição a alguém, mas também uma forma de relacionamento baseada na cooperação mútua e que está presente em instituições como o casamento.

Nesses termos, Lísias não propõe que as pessoas tenham relações sexuais ancoradas em um sentimento de mera amizade, por oposição à intensidade incontrolável do amor, mas que estabeleçam com seus parceiros sexuais relações duradouras de cooperação para além do seu desejo sexual pontual, estabelecendo uma comunidade de interesses, como aquela que unia as famílias pelo matrimônio de seus membros. Nessa leitura, portanto, irei frontalmente de encontro às interpretações do discurso que veem nesse “casamento gay” uma imoralidade, apelando a pudores que não estão presentes no *Fedro*.

Outra consequência não menos importante dessa leitura é que ela aclara o cerne da visão de amor que é exposta por Sócrates no diálogo. Argumentarei que, para Sócrates, o amor é o que permite ao ser humano se distanciar dessas preocupações mezinhas, como riqueza material e prestígio social, de modo que a reforma de Lísias reforça tudo aquilo que Sócrates abomina nas relações interpessoais. Ao fazê-lo, contrastarei as diferentes formas que Lísias e Sócrates tentam subverter a lógica forçosamente assimétrica e hierárquica das relações amorosas, gays ou não, na Atenas clássica. Espero, dessa forma, estabelecer o quão radical é a doutrina do *Fedro* sobre o amor.

Palavras-chave: Amizade. Amor. Casamento. Fedro. Lísias. Platão.

Bibliografia

ADKINS, A. W. H. The Speech of “Lysias” in Plato’s *Phaedrus*. In: LOUDEN, R. B.; SCHOLLMEIER, P. (Ed.). *The Greeks and Us: Essays in Honor of Arthur W. H. Adkins*. Chicago, University of Chicago Press, 1996, p. 224-240.

BUCCIONI, E. Keeping it Secret: Reconsidering Lysias' Speech in Plato's *Phaedrus*. *Phoenix*, v. 61, n. 1/2, p. 15-38, 2007.

DOVER, K. J. *Greek Homosexuality*. Harvard: Harvard University Press, 1978.

HALPERIN, D. Plato and erotic reciprocity. *Classical Antiquity*. v. 5, n. 1, p. 60-80, 1986.

LÍSIAS. *Lysias*. Edição e tradução de W. R. M. Lamb. Londres: William Heinemann, 1967.

_____. *A Commentary on Lysias, Speeches I–II*. Comentário de S. C. Todd. Oxford: Oxford University Press, 2007.

PLATÃO. *Phaedrus: a Commentary for Greek Readers*. Introdução de Mary-Louise Gill. Comentários de Paul Ryan. Norman: University of Oklahoma Press, 2012.

_____. *Fedro*. Tradução de José Cavalcante de Souza, notas e posfácio de José Trindade dos Santos. São Paulo: Editora 34, 2016.

Cidadania e Amizade nas *Leis* de Platão

Luciana Valesca Fabião Chachá

Doutoranda em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3129197323099370>

tudesmaria@yahoo.com.br

37

Na cidade das *Leis*, os cidadãos se dedicarão unicamente ao cultivo da terra e todas as atividades referentes à artesanaria e comércio ficarão restritas aos não cidadãos (846d-847a; 919d-e). Na verdade, a atividade principal dos cidadãos da Magnésia será a “arte da cidadania” (846d4-7) e, não, como defende Klosko (2006, p. 224-225) a busca pela virtude, ainda que a excelência seja necessária para o exercício da cidadania. Aliás, na passagem 846d, há uma vedação expressa ao exercício de qualquer atividade manual, ou melhor, de qualquer ofício manual os cidadãos e aos seus servos. A participação política dos nativos não é opcional, mas constitui em si mesma um ofício ou uma técnica como a técnica política e a de legislar (650a).

A teoria da cidadania nas *Leis* de Platão se centra na relação de amizade política, que subjaz ao papel de cidadão no diálogo, sobretudo na passagem 627d-628a. Nesse passo, há a utilização da metáfora da família para se referir à cidade e seus habitantes. Dito de outro modo, a cidade é considerada a mãe dos cidadãos e eles são vistos como irmãos uns dos outros.

Outrossim, no passo 859a, há a afirmação de que as leis são elaboradas a partir da ideia de que elas são responsáveis pela educação do cidadão tal como um pai ou uma mãe (643c-e) e, em razão disso, são motivadas pelo amor ou pela gentileza e pela racionalidade. Assim, esse modelo reflete a relação da cidade e das suas leis para com os governados e cidadãos, mas também dos cidadãos para com a cidade. Ambos são movidos pela amizade, que implica zelo, como demonstra o passo 650b6-9, em que a arte política é concebida como uma atividade de cuidado, ou seja, ela zela pela alma dos cidadãos.

Desse modo, pretende-se defender que o cerne do papel de cidadão consiste no cuidado para com a cidade e para os outros cidadãos, uma vez que a cidade é como uma mãe e os concidadãos são como irmãos. Nesse sentido, cabe a cada membro da cidade

zelar para a preservação e pela convivência harmoniosa entre todos os habitantes da cidade.

Palavras-Chave: Filosofia Antiga. Platão. *Leis*. Cidadania. Amizade Política.

Bibliografia

ENGLAND, E. *The Laws of Plato*. The Text edited with Introduction, Notes. Vol. I, Books I-VI. Manchester: University Press, 1921.

KLOSKO, G. *The Development of Plato's Political Theory*. Oxford: Oxford Press, 2006.

MORROW, G. *Plato's Cretan City*. A Historical Interpretation of the Laws. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993.

PLATÃO. *As Leis incluindo Epínomis*. Tradução de Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2010.

PLATO. *The Laws of Plato*. Translated, with Notes and an Interpretative Essay by Thomas L. Pangle. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

PRAUSCELLO, L. *Performing Citizenship in Plato's Laws*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 21-22.

Os *Prodígios Escutados*: a paradoxografia como gatilho filosófico?

Bruna Tavares Cardoso

Mestranda em Filosofia na UERJ

<https://lattes.cnpq.br/1162079690804133>

brardores@outlook.com

39

O objetivo desta comunicação é apresentar o estágio atual da pesquisa em torno da obra aristotélica espúria nomeada *Os Prodígios Escutados* (doravante *PE*). Visando convidar o público à recente retomada do debate internacional em torno da tradição textual à qual a obra pertence, i.e., a paradoxografia. Para isso, pretendo expor o panorama de reconhecimento dos vetores estruturais de uma composição paradoxográfica e como os *PE* se inserem, particularmente, nesse contexto, sem perder de vista sua evidente relação com o cenário do Liceu.

A paradoxografia é uma “lista de notícias curiosas” (Leyra, 2011, p. 23), um tipo narrativo que surge na antiguidade, especializado em reunir e difundir causos de ruptura dos padrões da φύσις. Sendo assim, para reconhecê-la, é possível contar com um conjunto de quatro vetores formais que se repetem na maioria delas: noção de ‘maravilha’, lexicalmente manifesta; brevidade do fenômeno relatado, que evita explicações e contextos; modelo testemunhal, que distancia o público do relato e canibaliza fontes; frequente organização temático-sequencial dos causos. Vale salientar que o universo das narrativas paradoxográficas comporta, como em outros tipos textuais, alguma heterogeneidade entre suas obras a depender da finalidade de cada composição, o que se estende, também, à própria noção de ‘maravilha’.

Os *PE* são um caso de exemplificação paradoxográfica perfeita no *corpus aristotelicum*. Sua autoria é tida entre os especialistas como espúria, o que até pode afastá-la de Aristóteles, enquanto figura de autoridade, mas certamente não do Liceu e seus discípulos. Além de atender aos critérios formais mencionados, os *PE* se destacam das demais paradoxografias justamente por sua relação direta com o aristotelismo, especialmente nos tratados sobre a natureza – que por vezes são alvo de canibalização direta. São, então, apresentados 178 causos de maravilhas naturais, dos quais, por

exemplo, 50% abordam animais humanos e não humanos (36% e 14%, respectivamente). Há, inclusive, um caso em que o elemento maravilhoso se constitui em torno da suposta relação de cooperação espontânea entre humanos e demais animais.

Por fim, é no mínimo oportuno que no *corpus* conservado do mesmo autor encontremos não somente diversas passagens de valorização do aspecto maravilhoso diante da filosofia (*Metafísica*, 982b11-21; *Poética*, 1460a17; *Retórica*, 1371-34 *De Caelo*, 294a10-16; *De anima*, 402a.1-4 etc.), mas, inclusive, uma obra especializada em reunir e difundir maravilhas plurais. No passo atual, me ocupo da investigação da interseção paradoxografia-aristotelismo, acerca da possibilidade de haver aí uma propedêutica ao filosofar (peripatético), em sintonia com a recente tendência externa.

Palavras-chave: Maravilhas. φύσις. *Prodígios Escutados*. Aristóteles. Paradoxografia.

Bibliografia

ARISTÓTELES. Sobre os prodígios escutados. In: ARISTÓTELES. *Sobre as cores e outros tratados pseudoaristotélicos*. Vol. IX. Tomo II. Biblioteca de autores clássicos. Aristóteles obras completas. Introdução e tradução de Reina Marisol Troca Pereira. Lisboa: Imprensa Nacional, 2018. p. 193-265.

ESPELOSÍN, F. J. G. (org.). *Paradoxógrafos griegos, rarezas y maravillas*. Introducción, traducción y notas de F. Javier Gómez Espelosín. Madrid: Gredos, 1996.

GIACOMELLI, C. *Ps. – Aristotele, ‘De mirabilibus auscultationibus’*. Indagini sulla storia della tradizione e ricezione del testo. Commentaria in Aristotelem Graeca et Byzantina (CAGB). Series academica 2. Berlin and Boston: Walter de Gruyter, 2021.

GIANNINI, A. (ed.). *Paradoxographorum Graecorum Reliquiae*. Milano: Istituto Editoriale Italiano, 1965.

LEYRA, I. P. *Entre ciencia y maravilla: el género literario della paradoxografia griega*. Colección Monografías de Filología Griega, 21. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2011.

SCHORN, S.; MAYHEW, R. (Orgs.). *Historiography And Mithography in The Aristotelian ‘Mirabilia’*. Rutgers University Studies in Classical Humanities. Abingdon & New York: Routledge, 2024.

ZUCKER, A.; MAYHEW, R.; HELLMAN, O. (orgs.). *The Aristotelian ‘Mirabilia’ And Early Peripatetic Natural Science*. Rutgers University Studies in Classical Humanities. Abingdon & New York: Routledge, 2024.

O vocabulário da diferença no livro I da *Física* de Aristóteles

Aldrin Pardellas de Carvalho

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da FAPERJ na modalidade Nota 10

<http://lattes.cnpq.br/0129393431594335>

aldrin@aluno.puc-rio.br

41

Esta apresentação tem como objetivo destacar o vocabulário por meio do qual Aristóteles empreende sua busca pelos princípios da natureza no livro I da *Física* e compreender o sentido do uso desse vocabulário. Após uma breve exposição da minha proposta geral de leitura do livro I da *Física* como a execução de um procedimento de divisão, a exposição consistirá de duas partes principais e de uma conclusão.

Em primeiro lugar, será discutido o sentido dos termos “dividir” (διαίρεω) e “distinguir” (διορίζω), frequentemente utilizados por Aristóteles nesse contexto, apesar de pouco enfocados pelos comentadores. Nesse sentido, será mostrado como o uso desses termos aqui é *sui generis*, não sendo perfeitamente contemplado por seus usos mais recorrentes em Aristóteles, e como o próprio filósofo parece estar consciente disso. Aqui, as divisões e distinções relevantes são de caráter ontológico e se dão no interior de um mesmo ente físico numericamente uno.

Em seguida, será analisado o vocabulário pelo qual Aristóteles opera, na prática, esse procedimento. Aqui, deve-se notar o caráter ontológico desse vocabulário: Aristóteles frequentemente utiliza-se do jargão τὸ + dativo + εἶναι (*o ser para tal coisa*) para diferenciar, no interior de um mesmo ente, os diversos itens dos quais ele se compõe, de modo a possibilitar, no interior de uma unidade numérica, uma pluralidade ontológica. Aplicando essa lógica aos princípios alcançados por Aristóteles em *Física* I, temos que o ser para a forma será um, o ser para a privação será outro e o ser para o subjacente será ainda um terceiro.

Finalmente, será feita uma sumarização dos resultados da pesquisa e estes serão associados ao modo pelo qual as distinções expressas por esse vocabulário se distinguem sobretudo através do próprio movimento pelo qual essas coisas passam.

Palavras-chave: Aristóteles. Física. Diferença. Divisão. Ser.

Bibliografia

BONITZ, H. *Index Aristotelicus*. Berlin: Akademische Druck Universität Verlagsanstalt, 1955.

IERODIAKONOU, K. (ed); KALLIGAS, P. (ed); KARASMANIS, V. (ed). *Aristotle's Physics Alpha: Symposium Aristotelicum*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

QUARANTOTTO, D. (ed). *Aristotle's Physics Book I: A Systematic Exploration*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ROSS, W. D. *Aristotle's Physics*. A revised text with introduction and commentary. Oxford: Clarendon Press, 1952.

Política e vida moral em Aristóteles e Epicuro

Izabella Tavares Simões Estelita

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da FAPERJ na modalidade Nota 10

<http://lattes.cnpq.br/6039716079685546>

izabellatse@gmail.com

43

O objetivo principal desta apresentação é estabelecer a confrontação de dois tipos opostos de concepção acerca do significado da vida política presentes no pensamento grego: (i) a concepção radicalmente positiva elaborada por Aristóteles, que vê a vida na cidade como um elemento indispensável para a realização da excelência ou virtude humana, e (ii) a concepção radicalmente negativa elaborada por Epicuro, que vê a vida política como um verdadeiro obstáculo à felicidade do homem e, por conseguinte, algo a ser evitado pelo sábio. Nossa exposição será organizada, em vista disso, em dois momentos principais.

No primeiro momento, investigaremos como Aristóteles pensa a pólis como uma forma de comunidade que tem por meta não apenas assegurar as condições materiais mínimas necessárias ao viver humano, mas também propiciar ao homem um *locus* superior no qual ele possa efetivar o bem viver, ou seja, a vida boa entendida como a realização da virtude, da racionalidade e do bem.

No segundo momento, abordaremos o pensamento de Epicuro, procurando observar como esse filósofo, assumindo uma posição nitidamente antiaristotélica, concebe a vida política como fonte de inquietações e paixões, considerando que a consecução da vida feliz pressupõe, por isso, a abstenção dos negócios públicos.

Para desenvolver este trabalho, recorreremos ao método analítico e estrutural para a leitura da *Política*, principal obra aristotélica sobre a questão que foi delimitada como nosso objeto precípuo de investigação, no intuito de identificar as principais articulações conceituais e argumentativas nela produzidas pelo autor. No caso de Epicuro, analisaremos os textos e testemunhos reunidos em *Epicurea*, monumental obra de Usener, buscando compreender que tipo de reflexão o filósofo helenístico elaborou acerca do significado da política. Paralelamente a essa leitura das fontes

primárias de Aristóteles e Epicuro, realizaremos também uma leitura da bibliografia secundária pertinente ao tema, como, por exemplo, os comentários de Berti, Wolff, Festugière, Salem, entre outros.

Palavras-chave: Política. Vida moral. Aristóteles. Epicuro.

44

Bibliografia

BERTI, E. *Perfil de Aristóteles*. Tradução de José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2012.

EPICURUS. *Epicurea: testi di Epicuro e testimonianze Epicuree nella raccolta di Hermann Usener*. Traduzione et note di Ilaria Ramelli. Presentazione di Giovanni Reale. Milano: Bompiani, 2002.

ESTELITA, I. T. S.; OLIVEIRA, R. R. Pólis e vida boa: a determinação da natureza ética da política no Livro I da *Política* de Aristóteles. *Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, 37, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24277/classica.v37.2024.1089>. Último acesso em: 20 de maio de 2025.

FESTUGIÈRE, A.-J. *Épicure et ses dieux*. Paris: PUF, 1985 [1946].

OLIVEIRA, R. R. Para além da cidade: uma reflexão acerca das relações entre política, excelência e racionalidade em Aristóteles. *Síntese*, v. 38, n. 121, p. 157-181, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.20911/21769389v38n121p157-181/2011>. Último acesso em: 20 de maio de 2025.

SALEM, J. *Tel un dieu parmi les hommes. L'Éthique d'Épicure*. Paris: J. Vrin, 1994.

TRICOT, J. *Aristote. La Politique*. Nouvelle traduction avec introduction, notes et index. Paris: J. Vrin, [1962], 1995. (Bibliothèque des textes Philosophiques)

WOLFF, F. *Aristóteles e a política*. Tradução de Thereza Christina Ferreira Stummer e Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. (Coleção Clássicos e Comentadores).

Ética dos Papeis e *kathekonta* em Epicteto

Carlos Enéas Moraes Lins da Silva

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da John Templeton Foundation

<http://lattes.cnpq.br/2697734106646667>

bfrcemls@hotmail.com / eneasmls@gmail.com

45

Este trabalho investiga como Epicteto formula a tensão entre o cuidado de si e o cuidado do outro no interior da ética estoica, especialmente por meio das noções de *proairesis*, *kathēkon* (ação apropriada) e *prosōpon* (papel). O objetivo é compreender como o filósofo propõe que as atitudes que visam o bem do outro, como o cumprimento dos papéis (de pai, irmão, cidadão ou amigo) podem ser compatíveis com a busca do “bem próprio” (*to oikeion agathon*) caracterizado pela *eudaimonia* e *ataraxia*. Parte-se da hipótese de que essa conciliação se torna possível quando o agente racional redireciona a sua ‘capacidade de escolha’ para a virtude (o que representa a expressão *orthé proairesis*). Orientando-se pela conformidade com a natureza e tornando viável escolher coisas indiferentes como ‘bens’.

A metodologia empregada consiste na análise textual e conceitual de passagens centrais das *Diatribes* (em especial 1.2; 1.22; 2.10; 2.22; 3.2), com ênfase na articulação entre a *proairesis* e a ética dos papéis tal como formulada por Epicteto. Nesses textos, Epicteto afirma que os bens externos, incluindo o bem-estar dos outros, pertencem ao domínio dos indiferentes (*adiaphora*), e que só possuem valor moral quando requalificados racionalmente. Por outro lado, também reconhece que os seres racionais são naturalmente levados a cuidar de si mesmos e buscar aquilo que percebem como um bem (*agathon*), em conformidade com o princípio da *oikeiōsis*. O agente moral, ao ordenar adequadamente sua *proairesis*, passa a considerar o cuidado dos outros e o cumprimento dos papéis (*prosōpa*) como ‘bens’ ou ‘benéficos’. O que implica, segundo a *oikeiōsis*, na busca de um benefício próprio.

Nesse processo, o cuidado com os outros e o cumprimento dos papéis só se tornam apropriados (*kathēkonta*) quando subordinados ao ordenamento correto da *proairesis*. Epicteto destaca ainda o critério do *eulogiston* (‘o julgamento razoável’) como chave para

a definição da correção moral das ações (*Diss.* 1.22.1; 2.11.3). Assim, o bem do outro é buscado enquanto objeto de escolha racional, isto é, como aquilo que, embora indiferente por natureza, pode ser preferido em consonância com a virtude.

Conclui-se, com base nas passagens examinadas, que a ética dos papéis em Epicteto trata os papéis funcionam como diretrizes para a ação apropriada (*kathekon*). Assim, afirma os vínculos sociais, reconhecendo-os como fatores importantes para o processo deliberativo do agente. O reconhecimento da alteridade se dá por meio da harmonização da *proairesis* à razão universal (*logos*), de modo que o bem do outro é buscado legitimamente enquanto expressão do bem próprio, enquanto exercício da virtude. É exatamente nessa mediação que se enraíza a tensão entre o cuidado de si e o cuidado do outro na ética epictetiana.

Palavras-chave: Epicteto. Estoicismo. *Proairesis*. *Kathēkon*. Ética dos papéis.

Bibliografia

EPICTETO. As Diatribes de Epicteto, livro I. Tradução de Aldo Dinucci Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

EPICTETUS. *Discourses, Fragments, Handbook*. Tradução e edição de Robin Hard. Introdução e notas de Christopher Gill. Oxford: Oxford University Press, 2014.

JOHNSON, B. E. *The Role Ethics of Epictetus: Stoicism in Ordinary Life*. Lanham: Lexington Books, 2014.

VISNJIC, J. *The Invention of Duty: Stoicism as Deontology*. Leiden; Boston: Brill, 2021.

LONG, A. A. *Epictetus: A Stoic and Socratic Guide to Life*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Eikōn e Ágalma: o estatuto ontológico da imagem nas *Enéadas* de Plotino

Victória Milanês Alexandria

Mestranda na UFF

<http://lattes.cnpq.br/4851507638009008>

victoriaalexandria@id.uff.br

47

Este trabalho tem como objetivo investigar o estatuto ontológico da imagem no pensamento de Plotino, especialmente as distinções conceituais entre os termos gregos *eikōn* (εἰκών) e *ágalma* (ἄγαλμα), ambos traduzidos por imagem. A pesquisa parte da ideia de que, embora a tradição platônica frequentemente associe a imagem à ilusão sensível e à sombra do real, há indícios de que a imagem exerce um papel revelador e místico. A ambivalência atribuída às imagens, portanto, não se limita à oposição entre sensível e inteligível, mas se manifesta também nesses dois termos.

O desenvolvimento da pesquisa parte de uma análise interna ao *corpus* das *Enéadas*, com o objetivo de identificar e comparar as passagens em que aparecem os termos *eikōn* e *ágalma*, observando seus contextos, significados e funções. Essa distinção terminológica parece indicar uma gradação ontológica, bem como uma possível função epistemológica e propedêutica das imagens: algumas conduzem à verdade, outras a obscurecem. O uso do termo *ágalma* para descrever as imagens do mundo inteligível — como ocorre na *Enéada* V, 8 [31] 5. 20-25 — contrasta com o uso de *eikōn*, associado à ilusão ou à lembrança sensível. Esse contraste, no entanto, é desafiado por uma passagem da *Enéada* VI, 9 [9] 11. 1-5, em que *eikōn* é utilizado para descrever a memória da união da alma com o Uno.

Como metodologia, a pesquisa articula análise exegética e filosófica dos textos de Plotino com referências intertextuais à obra de Platão — especialmente o *Timeu* e o *Sofista*. Este trabalho também se apoia nos estudos de Eugénie de Keyser e Jean-Michel Charrue, que contribuíram para o debate sobre os conceitos de imagem, embora não tenham esgotado o tema. Jean-Michel Charrue (2005, p. 53), afirma ainda que poucos estudos se dedicaram de fato à distinção entre *eikōn* e *ágalma* feita por Plotino. A análise deste trabalho é guiada pela hipótese de que a imagem não é um obstáculo, mas uma

possível via de acesso ao inteligível, abrindo espaço para uma compreensão mais rica da ontologia e da mística neoplatônica.

Ao refletir sobre o estatuto da imagem, a pesquisa aprofunda a experiência da união com o Uno e sua linguagem simbólica. Ao mesmo tempo, reexamina a suposta cisão entre sensível e inteligível na tradição platônica. Nesse sentido, talvez a imagem possa ser pensada não como véu ilusório, mas como *apokálypsis*, uma revelação que atravessa o discurso e reconduz a alma à sua origem.

Palavras-chave: Ontologia da imagem. Ícone. Mística. Neoplatonismo.

Bibliografia

CHARRUE, J. M. Plotin et l'image. *Les Études Classiques*, Paris, v. 73, p. 39-66, 2005.

DE KEYSER, Éugénie. *La signification de l'art dans les Ennéades de Plotin*. Louvain: Publications Universitaires de Louvain, 1955.

HADOT, P. Le mythe de Narcisse et son interprétation par Plotin. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, Paris, n. 13, p. 81-108, 1976.

MARION, J. L. Fragments sur l'idole et l'icône. *Revue de Métaphysique et de Morale*, Paris, v. 84, n. 4, p. 433-445, 1979.

PLATÃO. *O Sofista*. Tradução de Henrique Murachco, Juvino Maia Jr. e Trindade Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

_____. *Timeu*. Tradução de Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2011.

PLOTIN. *Sur la Beauté Inteligible*. Ennéade V, 8 [31]. Tradução de Jérôme Laurent. Paris: Flammarion, 2006.

_____. *Sur le Bien ou l'Un*. Ennéade VI, 9 [9]. Tradução de Francesco Fronterotta. Paris: Flammarion, 2006.

A noção de história em Agostinho: uma dialética celestial.

Josias Ribeiro Costa

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/1425462430878147>

josiasrcosta@gmail.com

49

Este trabalho explora a complexa noção de história em Santo Agostinho de Hipona, com foco em sua obra seminal, *A Cidade de Deus*. O objetivo é demonstrar como Agostinho, precursor das concepções modernas de Kant e Hegel, oferece uma filosofia da história universal baseada na "dialética celestial". A justificativa para o estudo reside na relevância de analisar a profundidade do pensamento agostiniano, que, embora teologicamente embasado, estrutura as dinâmicas humanas e divinas ao longo do tempo. A pesquisa investiga a formação intelectual de Agostinho, marcada pela superação do dualismo maniqueísta e pela influência do neoplatonismo.

A metodologia utilizada envolve a análise de *A Cidade de Deus* em seu contexto apologético, defendendo o cristianismo após o Saque de Roma em 410 d.C. A obra distingue as duas cidades — a Cidade de Deus e a Cidade Terrena — como sociedades espirituais e morais, não entidades materiais. O trabalho detalha a eclesiologia agostiniana, destacando o embate com os donatistas e a concepção de uma Igreja *permixta* (mistura de santos e pecadores) que reflete a coexistência das duas cidades no tempo histórico. Os resultados obtidos revelam que essa coexistência inseparável no tempo é a essência da "dialética celestial", gerando tensão constante que molda os eventos históricos e o destino dos homens.

A análise antropológica da alma humana, por sua vez, revela o indivíduo como um microcosmo dessa dialética. Agostinho descreve a alma em diferentes graus de potencialidade, desde a vitalidade do corpo até as faculdades sensitivas e racionais. A verdadeira distinção, e o início da bondade genuína, reside na capacidade da alma de transcender o terreno, buscando a purificação e a contemplação da verdade, o que representa a orientação pelo amor a Deus. Essa orientação do amor de si ou do amor a Deus determina a pertença a cada cidade, consolidando a ideia de que a dialética agostiniana é uma realidade existencial profunda.

Conclui-se que essa "dialética celestial" se manifesta até o Juízo Final, quando a separação escatológica das cidades e das almas com seus corpos glorificados ou condenados consumará o plano teleológico da Providência Divina. A visão de Agostinho oferece um panorama abrangente da história, que, ao reconhecer a dimensão espiritual e o destino último da humanidade, continua a provocar reflexão sobre o propósito da existência e o significado dos acontecimentos temporais.

50

Palavras-chave: Agostinho. História. Dialética Celestial. Cidade de Deus. Escatologia. Alma.

Bibliografia

AGOSTINHO, S. *A cidade de Deus: contra os pagãos*. 3. ed. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1991. v. I, 414; v. II, 589 p.

_____. *Sobre a potencialidade da alma*. Tradução de Aloysio Jansen de Faria. Petrópolis: Vozes, 2013.

COSTA, M. R. N. *Introdução ao pensamento ético-político de Santo Agostinho*. São Paulo: Loyola, 2009.

Agostinho e a opinião dos *graeculi* acerca dos movimentos da alma

Julia Maia Peixoto Camargo

Doutoranda em Filosofia na USP

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/2411597391192156>

juliamaiapc@gmail.com

51

Esta comunicação propõe examinar a crítica de Agostinho às concepções platônica, aristotélica e estoica sobre os movimentos da alma, conforme expostas no livro IX da *Cidade de Deus*. Apesar das divergências iniciais, Agostinho reconhece entre essas tradições afinidades fundamentais. Em tom sarcástico, observa: “há muito tempo que a controvérsia de palavras atormenta estes ‘pequenos gregos’, mais ávidos de disputa do que da verdade” (Agostinho, 1993, p. 832). Seu intuito parece ser o de aproximar tais doutrinas para, então, confrontá-las com a perspectiva cristã a respeito do tema.

O primeiro passo dessa análise consiste na reunião do vocabulário transmitido pelas traduções latinas para designar os movimentos da alma que os gregos chamavam *pathé* [πάθη]. Agostinho utiliza os termos *perturbationes* (Cícero), *affectus* e *affectiones* (Quintiliano e Lactâncio), bem como *passiones* (Apuleio), tratando-os aqui como sinônimos, embora considere este último o mais adequado. A pergunta que orienta sua reflexão é clara: essas perturbações, afecções ou paixões atingem o sábio ou este permanece livre delas?

Para platônicos e aristotélicos, sim: mesmo o sábio é suscetível às paixões, ainda que as submeta à razão. Para os estoicos, ao contrário, o sábio permanece imperturbável. A esse debate Agostinho acrescenta um argumento decisivo extraído de um episódio narrado no livro XIX das *Noites Áticas*, de Aulo Gélcio. Durante uma travessia marítima em meio a uma tempestade, um filósofo estoico empalidece de medo. Interpelado, recorre aos ensinamentos de Epiteto para distinguir entre o movimento involuntário da alma e o consentimento racional. Eis a diferença entre o sábio e o insensato: este cede às paixões e lhes dá assentimento, enquanto aquele, embora as experimente, conserva imperturbável o juízo sobre o que deve ser evitado.

Assim, Agostinho conclui haver, entre as opiniões estudadas, um ponto comum: a alma que resente não necessariamente consente; ou seja, na alma do sábio não prevalecem as paixões, mas, ao contrário, reinam a razão e a virtude. Ocorre, porém, uma inflexão decisiva: seria todo movimento da alma indesejável, qualquer que seja a circunstância? A questão desloca-se: o problema não está apenas na afecção em si, mas no uso que dela se faz. A presença da paixão não implica vício, nem sua ausência garante virtude. O critério moral passa da impassibilidade à ordem do amor (*ordo amoris*): importa saber se, mesmo afetada, alma se deixa conduzir pela razão e pela caridade.

Palavras-chave: Agostinho. Cícero. Estoicos. Paixões. Alma. Virtude.

Bibliografia

AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Vol. II. Tradução de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

APULEIO. *Opusculs philosophiques. Fragments: Du Dieu de Socrate – Platon et sa doctrine – Du monde*. Tradução de Jean Beaujeu. Paris: Les Belles Lettres, 2022.

AULO GÉLIO. *Noites Áticas*. Tradução de José R. Seabra F. Londrina: Edue, 2010.

BERMON, E. La théorie des passions chez saint Augustin. In: BESNIER, B.; MOREAU, P.-F.; RENAULT, L. (éds.). *Les passions antiques et médiévales*. Paris: P.U.F., 2003. p. 173-197.

BOUTON-TOUBOULIC, A.-I. Affectus sunt, amores sunt: saint Augustin ou les passions revisitées. In: BOEHM, I.; FERRARY, J.; FRANCHET D'ESPÈREY, S. *L'Homme et ses Passions. Actes du XVIIe Congrès international de l'Association Guillaume Budé organisé à Lyon du 26 au 29 août 2013*. Paris: Les Belles Lettres, 2016. p. 483-498.

BRACHTENDORF, J. Cicero and Augustin on the Passions. *Revue d'Études Augustiniennes et Patristiques*. Paris, 1997, p. 289-308.

CÍCERO. *Discussões tuscianas*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. Uberlândia: EDUFU, 2012.

SAXCÉ, A. *Saint Augustin et la langue des affects*. Paris: Vrin, 2024.

Introdução ao problema dos universais em João de Santo Tomás

Alfredo Venceslau Figueredo Morán

Mestrando em Filosofia na UFF

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/1345568271806754>

alfredo_moran@id.uff.br

53

O problema dos universais é considerado uma das maiores questões da filosofia medieval e, em certo sentido, da filosofia contemporânea. Sua origem pode ser observada ainda na antiguidade com Heráclito e, no século IV a.C., com Platão, na teoria das ideias no *Timeu*. Posteriormente, com Aristóteles, ao afirmar os universais como objeto de ciência, mas negando a substancialidade deles enquanto separado das coisas (cf. *Metafísica*, VII, 1038b35). Entretanto, é com Porfírio, no século IV d.C., na *Isagogé*, que esse problema é explicitamente formulado.

Disso decorrem duas posições contrárias, os platônicos e os nominalistas. Como resposta dessa contrariedade, temos no século XIII o realismo moderado de Tomás de Aquino. A chave do problema dos universais em Tomás se dá pela contribuição da noção de natureza por Avicena. No capítulo IV do *Ente e a essência*, Tomás afirma dois modos de considerar a natureza ou essência, respectivamente: absoluto, que não admite acidentes, e, dividido em dois, singular e plural, que admite acidentes. Sendo que, desse primeiro modo, atribui-se o fundamento daquilo que será universalizado pelo intelecto, a partir da abstração do que é essencial nas coisas, desconsiderando a singularidade e os acidentes.

Contudo, a solução tomista não foi totalmente aceita, com destaque para a crítica de Guilherme de Ockham e Duns Scotus no século XIV. Nesse contexto, temos no século XVI, João de Santo Tomás, defensor e herdeiro da escola tomista, sobretudo com as contribuições do Cardeal Caetano e, por contraste, de Francisco Suárez. Em seu *Curso Filosófico Tomista*, na questão 3 da segunda parte de sua *Ars Logica*, apresenta as considerações do universal em si mesmo em seis artigos, respectivamente: as noções e definição; do universal materialmente; da unidade formal negativa; da aptidão e

indiferença para ser um em muitos; da universalidade essencialmente relacional e dos graus metafísicos dos termos relacionados.

De modo prático, percebemos que, após uma pesquisa bibliográfica, não há muitos estudos sobre o tema proposto neste trabalho, sobretudo na Segunda Escolástica (cf. Hieder, 2014, p. 18). Por outro lado, de modo teórico, o estudo sobre o problema dos universais em João de Santo Tomás tem a sua importância não só para a História da Filosofia Medieval, mas por ser imprescindível para a metafísica aristotélico-tomista, como também na sua relação com a lógica e a epistemologia. Assim, observamos essa “lacuna” investigativa no nosso conhecimento sobre o assunto, que pretendemos preencher com a execução deste trabalho.

Palavras-chave: Problema dos universais. Lógica. Metafísica. Tomismo. Segunda Escolástica.

Bibliografia

AQUINO, T. de. *O ente e a essência*. Tradução de Odilão Moura. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

BEUCHOT, M. El problema de los universales en Juan de Santo Tomás. *Revista de Filosofía*, Zúlia, v. 8, n. 12, p. 33-42, 1989.

HEIDER, D. *Universals in second scholasticism*. A comparative study with focus on the theories of Francisco Suárez S.J. (1548-1617), João Poinset O.P. (1589-1644), and Bartolomeo Mastri da Meldola O.f., Conv. (1602-1673). Bonaventura Belluto O.f.M. Conv. (1600-1676). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014.

IOANNIS A SANCTO THOMA. *Cursus Philosophicus Thomisticus*. Secundum exactam, veram, genuinam Aristotelis et Doctoris Angelici mentem. Taurini: Marietti, 1933.

A crítica platônica da *doxa*: reflexões arendtianas sobre a ruptura entre filosofia e política

Luiza de Aguiar Neiva

Mestranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3707152998971255>

luizaaguiar007@gmail.com



A tradição da filosofia política teve seu início nos ensinamentos de Platão e Aristóteles. Na Alegoria da Caverna, Platão caracteriza o mundo dos assuntos humanos como um lugar de trevas, confusão e ilusão. Para ele, aqueles que buscassem a verdade deveriam abandonar esse ambiente e dirigir-se ao "céu límpido" das ideias eternas, onde a verdade reside. Esse movimento marca o início do afastamento do filósofo da política, considerado um campo de instabilidade, que é incompatível com a busca pela verdade universal.

Platão considera que os assuntos humanos, especialmente a opinião (*doxa*), são inferiores, pois estão ligados ao mundo das aparências e das coisas mutáveis. Para ele, a maioria das pessoas vive aprisionada neste domínio, enquanto apenas o filósofo é capaz de se afastar dessas ilusões e alcançar a verdade eterna. Entende-se que cada pessoa possui sua própria opinião, sua *doxa*, que reflete a maneira como o mundo lhe aparece. No entanto, para Platão, há apenas uma única verdade, e é necessário distanciar-se desse mundo comum, onde transitam as opiniões ilusórias, para contemplar as ideias verdadeiras. Para Arendt, esse distanciamento acaba separando o filósofo das questões da vida cotidiana e dos compromissos da vida política.

Arendt aponta que, ao estabelecer esses padrões elevados e intangíveis para a verdade, Platão afastou a filosofia do âmbito político, impondo um ideal de razão que vê as questões políticas como irrelevantes ou inferiores. Estabeleceu-se assim, a tradição platônica que professava salvar os homens da mera opinião, concedendo-lhes o conhecimento absoluto. Contudo, para Hannah Arendt, essa valorização do conhecimento absoluto compromete precisamente o que há de mais essencial no juízo político: a capacidade de ver o mundo a partir da perspectiva do outro. Em contraste com o ideal

platônico de verdade como algo único e universal, Arendt concebe o entendimento político como uma atividade enraizada na multiplicidade das opiniões e na ampliação do próprio ponto de vista por meio da consideração dos outros.

A crítica de Platão à doxa e sua valorização da verdade absoluta inauguram uma tradição filosófica que se distancia do mundo comum e da esfera política. A partir das reflexões de Hannah Arendt, torna-se possível repensar essa ruptura entre filosofia e política, evidenciando como a exclusão da opinião e da pluralidade compromete o próprio exercício do juízo político. Esta apresentação propõe-se a investigar o antagonismo entre filosofia e política na história, com especial atenção às implicações no contexto contemporâneo, marcado pela desinformação.

Palavras-chave: Platão; Hannah Arendt; Verdade; Política; Opinião; Pluralidade.

Bibliografia

ADVERSE, H. Arendt, a fenomenalidade e a política: o problema da aparência. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 556-569, 2015.

AGUIAR, O. A. A amizade como *amor mundi* em Hannah Arendt. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 131-144, 2010.

ALVES NETO, R. R. Sobre o sentido de testemunhar a verdade. In: _____. Por que ler Hannah Arendt hoje? Rio de Janeiro: Via Verita, 2022, p. 281-292.

ARENDT, H. Filosofia e Política. In: ABRANCHES, A. A dignidade da política: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 91-116.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Revisão e apresentação: Adriano Correia. São Paulo: Forense Universitária, 2014.

**Entre o formalismo e a proposta prática
do pensamento político arendtiano:
uma análise acerca do sentido de uma teoria pura do político**

Denil José Cardoso Lima

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista do CNPq

<https://lattes.cnpq.br/7936292971946790>

denil.cardoso@gmail.com

57

O pensamento de Hannah Arendt não raramente provoca certo desconcerto nos nossos olhos habituados à análise política programática. Isso não se deve apenas à ausência de algo como uma proposta normativa acerca do melhor regime político, mas sobretudo pela sua reformulação da análise do político, que consiste num esforço de compreender o sentido da política despido de “preconceitos filosóficos”.

A autora conscientemente se põe a pensar a política escapando da categoria de meios e fins, reconhecendo a dignidade da política nela mesma, ao invés de reduzi-la à condição de instrumento para se alcançar um avanço Humano, Histórico ou Social. A política seria antes a expressão de um modo de vida tipicamente humano, do ser “cuja essência é começar” (Arendt, 1994, p. 321). Inserindo-se, pois, na tradição fenomenológica, a teoria política de Hannah Arendt se caracteriza por um método descritivo, de descrição da experiência política, a saber, do agir e discursar entre iguais acerca do destino de sua comunidade. Essa é, para Arendt, a experiência original — isto é, grega — da política, e as organizações políticas que menos cultivam esse exercício do livre discursar e agir, mais se aproximam do apolitismo.

Desse modo, o critério não para a boa política, mas para uma experiência genuinamente política, é a garantia de um espaço no qual os membros da comunidade política possam participar ativamente, por meio de ações e discursos, do processo decisório dos assuntos comuns. Com efeito, nota-se que Arendt não ressalta um julgamento de valor explícito a respeito das decisões comuns, uma vez que o agir em concerto na arena política não deve ser compreendido como um meio para atingir certos

fins, porém ser valorizado ele mesmo enquanto uma exaltação da condição humana da pluralidade.

Nesse sentido, a partir da análise de textos de Hannah Arendt e de comentadores, busco salientar as implicações práticas dessa característica da teoria política arendtiana de focar nas condições para o florescimento da experiência política autêntica. Para isso, me concentro sobretudo em suas considerações a respeito da Revolução Americana, evento do qual a autora se vale para dar vida ao seu vocabulário político e de onde parte em direção ao esboço de uma teoria do republicanismo moderno, pautada no asseguramento do aparecimento público das múltiplas vozes que habitam uma mesma comunidade política.

Palavras-chave: Arendt. Esfera política. Meios e fins. Republicanismo. Revolução.

Bibliografia

ARENDT, H. Understanding and politics. *In: Essays in understanding: 1930-1954*. New York: Harcourt, Brace & Co., 1994.

_____. *The promise of politics*. New York: Schocken Books, 2005.

_____. *A condição humana*. 10. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Crises da república*. 3. ed. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BUTLER, J. *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge, MA: Harvard University, 2015.

CAVARERO, A. *Democrazia sorgiva: Note al pensiero politico di Hanna Arendt*. Milano: Raffaello Cortina, 2019.

LEDERMAN, S. *Hannah Arendt and participatory democracy: A people's democracy*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

Negação no artigo *A Reação na Alemanha* de Bakunin a partir da leitura de J. P. Angaut, Luciana Brito e Paul McLaughlin

Pablo Trindade Torralbas

Mestrando em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/9398920259639903>

pablotorralbas96@hotmail.com

59

Mikhail Alexandrovich Bakunin (1814-1876) escreve na revista *Anais Alemães* o artigo *A Reação na Alemanha* (1842). Nele analisa-se a correlação de forças entre duas tendências políticas opostas na época: o partido reacionário e o partido democrático. Concentrando-se no desmantelamento da noção de oposição defendida pela ala conciliadora dos reacionários, o russo apresenta, em seu lugar, uma noção oriunda da lógica especulativa de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), mais especificamente localizada na *Ciência da Lógica: a doutrina da essência* (2017, p. 70 - 93). Assim, seria na lógica da oposição à contradição de Hegel que Bakunin estaria falando sobre a negação.

No entanto, o papel da negação nem sempre foi interpretado dessa forma. Será exposto, inicialmente, alguns comentários feitos acerca da concepção da negação presente no artigo de Bakunin para, em seguida, defender uma concepção que esteja inserida na dialética da oposição à contradição de Hegel.

Paul McLaughlin trabalha o significado do negativo dentro da filosofia hegeliana, mas não por meio da *Ciência da Lógica*, criando um significado próprio da negação onde ela supostamente não estaria inserida no esquema da suprassunção dialética (2002, p. 48 - 70). Luciana Brito trabalha o negativo a partir da filosofia de Joseph-Pierre Proudhon, e não de Hegel (2016, p. 8-9). Assim, após a exposição e comparação entre essas duas visões, será apresentada a leitura de Jean-Christophe Angaut, localizando o negativo não só na obra hegeliana, mas também dentro do segundo volume da *Ciência da Lógica* (2005, p. 93-104).

Assim, será defendido que, nos trabalhos de Paul McLaughlin e Luciana Brito, há um nítido desconhecimento dos problemas de tradução do texto original, que, em parte

esmagadora do texto, se troca o conceito de *oposição* (gegensatz) para *contradição* (widerspruch) - o que contribui significativamente para o equívoco conceitual de compreensão da negação por fora do itinerário conceitual presente na *Ciência da Lógica* de Hegel.

Palavras-chave: Dialética. Bakunin. Hegel. Materialismo.

Bibliografia

ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine*. 2005. Tese de doutorado, Université Nancy 2, Nancy, 2005.

BAKUNIN, Mikhail Alexandrovitch. *A Reação na Alemanha*. Tradução de José Gabriel. Lisboa: Editora Cadernos Peninsulares, 1976.

BRITO, Luciana. Os anarquistas ordenam o mundo: a Filosofia de Proudhon e Bakunin. *Em Curso*, São Carlos, v. 3, p. 1-12, 2016.

HEGEL, Georg Wilhelm. *Ciência da Lógica*. A Doutrina da Essência. Tradução de Christian G. Iber e Federico Orsini. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MCLAUGHLIN, Paul. *Mikhail Bakunin*. The Philosophical Basis of His Anarchism. Nova Iorque: Editora Algora, 2002.

Fetichismos em Freud e Dussel: considerações para a reflexão política

Guilherme Guimarães Sebastião

Mestrando em Filosofia na UFABC

Bolsista do CNPq

<http://lattes.cnpq.br/1160538366353099>

guilherme.guimaraes@ufabc.edu.br

61

Esta comunicação aproxima, a partir de uma concisa revisão bibliográfica, algumas características entre o conceito dusseliano de fetichismo do poder e o conceito freudiano de fetichismo do falo, introduzindo a hipótese de que deste encontro decorre uma elucidação e reflexão mútua sobre os potenciais políticos de ambas.

Em *20 teses de política* (2006/2007), o filósofo argentino-mexicano Enrique Dussel descreve pelo conceito de fetichismo do poder uma inversão de valores em que o poder político institucionalizado – pensado no conceito de *potestas* enquanto poder delegado a partir de uma comunidade ou povo – é afirmado como sendo o fundamento do poder político propriamente dito – justamente, o querer viver desta comunidade ao qual outro conceito, o de *potentia*, faz referência (Dussel, 2007, p. 49). Para Dussel (2007, p. 46), o fetichismo do poder se inicia pelo envilecimento subjetivo do representante político, que o efetua como sadismo exercido sobre os cidadãos. Assim, o poder que deveria originariamente estar a favor da produção e reprodução da vida de uma comunidade passa a ser executado pelo governante de modo distorcido, como exteriorização de sua pulsão de morte, a qual ele imprime sobre os cidadãos para obter prazer a si próprio.

De modo semelhante, em *O fetichismo* (1927/2014), Sigmund Freud também designa com este conceito uma inversão peculiar, promovida por um processo de renegação (*Verleugnung*) que ocorre quando o menino se depara com a ameaça da castração. Ele é uma solução de compromisso entre a percepção indesejada, mas real, da ausência do falo materno – que desperta o menino para a castração, para a possibilidade de ele mesmo perder essa parte do corpo tão narcisicamente investida de libido, sendo privado do prazer que ela lhe proporciona – e a força do desejo contrário, de que a mulher conserve o pênis dela e, com isso, o menino conserve o seu próprio (Freud, 2014, p. 175).

Neste caso, contudo, o fetiche não se estabelecerá sem uma relação de ambiguidade e mescla entre os sentimentos de amor e ódio; não raro, o objeto fetichizado simultaneamente recusa e afirma a castração, despertando no fetichista pulsões sádicas em relação a ele (Freud, 2014, p. 178).

O que sugerimos com este trabalho de aproximação é que a recuperação da política fetichizada de que fala Dussel passaria por uma erotização da política – no sentido mais amplo que Freud imputa a Eros como força de aglutinação para promoção da vida.

Palavras-chave: Fetichismo. Sadismo. Eros. Sigmund Freud. Enrique Dussel.

Bibliografia

DUSSEL, E. *20 teses de política*. Tradução de Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FREUD, S. O fetichismo. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*. Volume 17 - Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 302-310.

_____. “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*. Volume 6 – Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso dora”) e outros textos (1901-1905). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 13-172.

PANSARELLI, D; LIMA, B. R. A corrupção em perspectiva latino-americana: a fetichização do poder na obra política de Enrique Dussel. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 45, n. 1, p. 339-356, 2022.

SAFATLE, V. P. *Fetichismo*. Colonizar o outro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

STALLYBRASS, P. O casaco de Marx. In: STALLYBRASS, P. *O casaco de Marx: roupa, memória, dor*. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2023, pp. 11-38.

O que pode querer o Zaratustra de Nietzsche segundo a interpretação de Heidegger: acerca da redenção da vingança do tempo contra o tempo

Lucas de Moura Justino Souza

Doutorando em Filosofia no PPGF da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/9593412174652707>

lucasmourajs@gmail.com

63

O objetivo deste trabalho é o de propor um diálogo entre as filosofias de Nietzsche e Heidegger para investigar o sentido do querer de Zaratustra. A partir da conferência *Quem é o Zaratustra de Nietzsche?* (1953), Heidegger entende Zaratustra não somente como um personagem literário, mas como figura que expressa uma época histórica marcada pela consumação da metafísica e pelo niilismo. Assim, o anúncio da “morte de Deus” é visto como o colapso das instâncias transcendentais, desestabilizando os fundamentos do real.

Zaratustra surge como porta-voz da vida, da dor e do círculo, símbolos que Heidegger interpreta como expressões da vontade de poder e do eterno retorno do mesmo. A vontade de poder é o princípio que define o real como devir constante. O eterno retorno, por sua vez, indica a aceitação afirmativa da totalidade do tempo (passado, presente e futuro) como dimensões confluentes. Nesse cenário, a redenção da vingança torna-se central. Vingança é compreendida como ressentimento da vontade contra o que passou, contra o “foi assim”. Redimir o tempo significa reconciliar-se com ele, inclusive com o passado, de modo que a vontade possa querer para trás. Assim, a superação da vingança metafísica conduz à afirmação da vida em sua transitoriedade.

Pode-se dizer que Heidegger entende que o ensinamento de Zaratustra, ao invés de fornecer um caminho estável, aponta para o abandono de caminhos fixos, *aprendendo a desaprender*. Contudo, Heidegger também vê limites na filosofia nietzschiana: embora ela critique a metafísica, ainda está presa à lógica da vontade como fundamento. Por isso, ela não escapa do esquecimento do ser. O pensamento de Nietzsche aparece, assim, como o fechamento da metafísica e não sua superação. Neste contexto, a vontade de poder

torna-se uma subjetividade incondicionada, marcando uma era em que tudo se desenrola no plano ôntico e técnico do devir.

Portanto, o querer de Zaratustra permanece preso ao tempo histórico em que se manifesta: um tempo em que o ser é silenciado e a vontade afirma apenas a si mesma. Ainda assim, sua mensagem revela uma tentativa corajosa de afirmar a vida em meio ao deserto do niilismo.

Palavras-chave: Heidegger. Nietzsche. História da Metafísica. Niilismo.

Bibliografia

CABRAL, A. *Niilismo e hierofania: Uma abordagem a partir do confronto entre Nietzsche, Heidegger e a tradição cristã*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2015, v. 2.

CRAGNOLINI, M. Nietzsche por Heidegger: contrafiguras para uma perda. *Cadernos Nietzsche* 10, p. 11-25, 2001.

HEIDEGGER, M. A palavra de Nietzsche “Deus morreu”. In: *Caminhos de floresta*. Tradução de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012, p. 241-305.

_____. Quem é o Zaratustra de Nietzsche? In: HEIDEGGER, M. *Ensaio e conferência*. Tradução: Gilvan Fogel. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 87-110.

_____. Vontade de poder como conhecimento. In: HEIDEGGER, M. *Nietzsche*. Tradução: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 333-462.

MACHADO, R. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*. Tradução de Mário da Silva. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983.

A filosofia de J.-P. Sartre na construção de uma epistemologia política

Breno Messano Braga

Doutorando na PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/8950273172844242>

brbraga100@gmail.com

65

É perceptível a resistência entre teóricos sociais contemporâneos de avaliarem as teorias de justificação de modo a que se chegue à verdade. Os debates acerca do aquecimento global, dos efeitos do livre comércio sobre os pobres, da capacidade das mulheres de fazerem matemática e ciência são exemplos de debates atravessados por essa imprecisão epistemológica. Alcoff (2016) defende a necessidade de se desenvolver um projeto epistemológico decolonial e reconstrutivista afastado de domínios que ignoram a identidade e a localização dos sujeitos de conhecimento. Para tal, faz-se necessária uma epistemologia política. Seu desenvolvimento deve se dar na medida em que, conforme nos indica Sartre (2002), resgatamos o poder heurístico da metodologia dialética. A análise não essencialista das identidades é importante ferramenta epistêmica pois aponta que as experiências existenciais em diferentes localizações são distintas, o que dá recursos para o movimento regressivo da dialética que deve partir do concreto, da práxis individual.

Realizaremos uma revisão conceitual e teórica a partir da fenomenologia crítica, focando na intersubjetividade transcendental em detrimento da subjetividade transcendental e revisaremos as dinâmicas de distribuições de autoridades, que promovem a valorização de determinados lugares, processos e metodologias em detrimento de outras. Buscamos criar condições para a construção de uma teoria social crítica, tecendo uma crítica radical do processo de legitimação do conhecimento.

Investigaremos as formas em que uma multiplicidade de pessoas produz uma práxis através de uma multiplicidade de totalizações. Buscaremos o fio que liga a práxis individual aos conjuntos humanos e indagaremos como o agente individual penetra nas diversas coletividades. Para tal, devemos compreender os processos de transformação da práxis, da série aos grupos e dos grupos à série, ou seja, o processo de engajamento de

um coletivo e criação de uma identidade compartilhada, bem como seu retorno ao isolamento e incoesão.

Para tal, defendemos que as noções de série, prático-inerte e exterocondicionamento desenvolvidas por Jean-Paul Sartre na obra *Crítica da Razão Dialética* podem contribuir no desenvolvimento de uma epistemologia política, pois auxiliam na compreensão da dialética entre sujeito e objeto, mostrando que as instituições e os objetos materiais, ao mesmo tempo que são criações humanas, passam a reificar as relações sociais e a perpetuar certas formas de opressão ou alienação (LAING, 1976). Assim, mantêm uma "inércia", resistindo às tentativas de transformação, ainda que tenham sido gerados pela ação prática.

Palavras-chave: Epistemologia. Fenomenologia. Grupos. Crítica. Política. Serialidade.

Bibliografia

ALCOFF, L. M. Uma Epistemologia Para A Próxima Revolução. *Revista sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 129-143, Jan/Abr. 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100007

LAING, R. D. Crítica da Razão Dialética. In: COOPER, D. G.; LAING, R. D. *Razão e Violência*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976. p. 64-124.

SARTRE, J.-P. *Crítica da Razão Dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

A liberdade no *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* de Henri Bergson

Luiz Fernando de Oliveira Proença

Doutorando em Filosofia na USP

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/1850373959106777>

luizf.proenca@usp.br

67

A presente comunicação pretende apresentar como o conceito de liberdade bergsoniana decorre de uma interpretação equivocada da natureza e organização dos estados de consciência. A fim de realizar esta tarefa iremos nos concentrar na primeira obra do filósofo francês, a saber, *Os dados imediatos da consciência* (1888).

Primeiramente, mostraremos como as investigações sobre a intensidade dos estados psicológicos visam à distinção entre a qualidade e quantidade dos dados psíquicos através do conceito de intensidade. Veremos como Bergson discutiu com os psicólogos a respeito da fonte da possibilidade de quantificação da intensidade dos estados de consciência, vendo na ideia da representação de uma causa exterior mensurável seu principal fundamento.

Em seguida, tratar-se-á da pluralidade daqueles dados, por meio da distinção entre os conceitos de multiplicidade numérica e multiplicidade não numérica. O filósofo, agora muito mais próximo da filosofia que da psicologia, irá identificar onde se funda a ideia de multiplicidade destes estados de consciência. Neste momento, veremos Bergson frente ao problema clássico, desde Euclides, da definição do número: ou seja, o que é o número? Sustentaremos que é a partir da reflexão sobre a intensidade em psicologia que Bergson chegou ao problema do número. A noção de intensidade em psicologia lhe apareceu como um “misto impuro”, misturando de um lado a grandeza objetiva de uma causa exterior e, de outro lado, aquilo que é puramente um efeito subjetivo e qualitativo, sentido como uma pura mudança sensível afetando a consciência. Tal será o papel atribuído por Bergson ao estudo do número: tratar-se-á não somente de mostrar que ele implica um tipo de multiplicidade particular, mas também, e sobretudo, que o estudo do fundamento do número revelará a necessidade de descrição entre dois gêneros de multiplicidade, assim

como foi feito com o conceito de intensidade: uma não numérica e uma numérica.

Por fim, concluiremos mostrando que o problema da liberdade decorre de uma interpretação errônea da multiplicidade e da natureza dos estados psicológicos, justificando a possibilidades de atos livres frente ao determinismo psicofísico.

Palavras-chave: Bergson. Psicologia. Metafísica. Liberdade.

Bibliografia

BERGSON, H. *Essai sur les données immédiates de la conscience*. Paris: PUF, 2011.

_____. *Matière et mémoire*. Paris: PUF, 2011.

BOUTROUX, E. *De la contingence des lois de la nature*. Paris: Felix Alcan, 1898.

Papel calibrador: um novo papel epistêmico para a experiência?

Renata Martins Prado Matos Augusto

Mestranda em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/2932670871670431>

r.matosaug@gmail.com

69

A distinção tradicional entre os modos de conhecer *a priori*/ *a posteriori* tem a experiência como critério de distinção: conhecemos *a priori* independentemente da experiência, e conhecemos *a posteriori* por meio da experiência. Em que pese ser o modo *a priori* independente da experiência, é admitido que a experiência facilite na aquisição de conceitos, ainda que não contribua para a justificação epistêmica, como o faz no *a posteriori*. Assim como são dois os modos de conhecer, também são dois os respectivos papéis epistêmicos da experiência: a experiência exerce um papel facilitador no *a priori* e um papel justificador no *a posteriori*. Todavia, a distinção *a priori*/ *a posteriori* tem sido desafiada em relação à sua relevância epistemológica, e nesta comunicação pretendo avaliar se seria possível sustentar que tal distinção é epistemicamente superficial por haver um terceiro papel epistêmico da experiência.

Com enfoque nas contribuições de Sgaravatti (2020) para a discussão, e por meio da reconstrução do argumento do autor em desafio à relevância da distinção entre os modos de conhecer, pretendo avançar uma interpretação de que Sgaravatti propõe um novo papel epistêmico para a experiência na aquisição de conhecimento, a que chamo de “papel calibrador da experiência”. A experiência no papel calibrador teria como função calibrar as habilidades cognitivas desenvolvidas na experiência para que o agente cognitivo tenha competência de raciocínio e possa ser bem-sucedido ao avaliar a verdade de uma proposição. Nos termos da discussão apresentada por Sgaravatti (2020), apesar de não exercer um papel *estritamente justificador*, tampouco *puramente facilitador*, o papel calibrador da experiência seria epistemicamente relevante, pois dele depende o sucesso (ou insucesso) na aquisição de conhecimento.

A partir dessa interpretação, pretendo demonstrar como esse papel calibrador representa um desafio para a distinção entre os modos de conhecer. Tendo em vista que o

papel calibrador estaria presente tanto em casos paradigmáticos de conhecimento *a priori* como de conhecimento *a posteriori*, a noção de independência da experiência que caracteriza o *a priori* seria enfraquecida, e por consequência, enfraqueceria também a relevância da própria distinção entre os modos de conhecer.

Destarte, esta comunicação tem dois objetivos: primeiro, defender a interpretação de que Sgaravatti (2020) introduz um novo papel epistêmico para a experiência — o *papel calibrador*. Em segundo lugar, demonstrar que o papel calibrador da experiência configura um novo desafio à relevância da distinção *a priori/a posteriori*.

70

Palavras-chave: Conhecimento. Distinção. *A Priori*. *A Posteriori*. Experiência. Papel Calibrador.

Bibliografia

SGARAVATTI, D. Experience and reasoning: challenging the *a priori/a posteriori* distinction. *Synthese*. n. 197, issue 3, p. 1127-1148, 2020.

WILLIAMSON, T. *The Philosophy of Philosophy*. Oxford: Blackwell, 2007.

_____. How Deep is the Distinction between *A Priori* and *A Posteriori* Knowledge? In: CASULLO, A.; THUROW, J. C. (org.). *The A Priori In Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 291-312.

Desacordos profundos: uma revisão crítica

Paloma de Souza Xavier

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/8121675999839528>

palomasouzaxavier@gmail.com

71

Robert Fogelin, em *The Logic of Deep Disagreements* (2005), defende um tipo peculiar de desacordo: os chamados *desacordos profundos*. Trata-se de conflitos em que os discordantes entram em choque sobre crenças, verdades ou certezas muito significativas, devido à ausência de solo comum entre eles - o que os impede de abandonar suas convicções por qualquer razão. Uma das características destacadas pelo autor é justamente a persistência desses desacordos, mesmo após as críticas mais comuns terem sido respondidas, pois eles são imunes ao apelo aos fatos.

Fogelin argumenta que tais desacordos não são passíveis de resolução racional, podendo ser superados apenas por meio da persuasão ou da conversão. Ele apresenta como exemplos possíveis de desacordos profundos os debates sobre a legalidade do aborto e sobre ações afirmativas. No entanto, esses exemplos não corroboram plenamente sua tese, uma vez que não se enquadram com precisão na caracterização proposta. Sua definição mostra-se excessivamente pessimista, a ponto de os cenários e exemplificações parecerem plausíveis apenas como experimentos mentais. Se levada a sério, torna-se difícil apontar um exemplo real de desacordo profundo. Afinal, um desacordo completamente desprovido de solo comum inviabilizaria até mesmo a comunicação - o que, paradoxalmente, comprometeria a própria noção de desacordo.

A concepção de Fogelin, portanto, não parece adequada para explicar os desacordos reais presentes na sociedade. Para lidar com esses problemas, recorreremos à epistemologia social. Acreditamos que a chamada *virada social* na epistemologia oferece ferramentas mais robustas para refletir sobre a questão dos desacordos profundos, especialmente a partir da teoria das injustiças epistêmicas - projeto iniciado por Lagewaard (2021).

Com base nesses pontos, propomos uma revisão da noção de desacordos profundos cunhada por Fogelin, à luz de Fricker (2007), Dotson (2014) e Lackey (2024). Defendemos que tais desacordos podem, sim, ser sensíveis às dinâmicas sociais e que injustiças epistêmicas - sejam testemunhais, hermenêuticas ou contributivas - podem configurar casos desse tipo de desacordo.

Palavras-chave: Desacordos profundos. Epistemologia social. Injustiças epistêmicas. Preconceitos.

Bibliografia

DOTSON, K. Conceptualizing Epistemic Oppression. *Social Epistemology*, v. 28, n. 2, p. 115-138, 2014.

FOGELIN, R. The Logic of Deep Disagreements. *Informal Logic* 7 (1), 1-8, 2005. <https://doi.org/10.22329/il.v7i1.2696>.

FRICKER, M. *Epistemic Injustice*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LACKEY, J. *Injustiça testemunhal criminal*. Tradução de Breno Santos e Janaina Matida. São Paulo: Marcial Pons, 2024.

WITTGENSTEIN, L. *Sobre a Certeza*. São Paulo: Fósforo, 2023.

A possibilidade do conhecimento: gêmeos verbais, contextualismo e seus desdobramentos na epistemologia

Cristiane Pinheiro

Mestranda na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3712041994050700>

cristiane15pinheiro@gmail.com

73

Este trabalho investiga a possibilidade do conhecimento diante do desafio cético, a partir da epistemologia e da filosofia da linguagem. Toma-se como ponto de partida a tese de Thompson Clarke em *The Legacy of Skepticism* sobre os “gêmeos verbais” — sentenças linguisticamente idênticas que assumem significados distintos conforme o contexto cotidiano ou filosófico. A partir dessa distinção, o autor argumenta que as dúvidas céticas, embora logicamente possíveis, não se sustentam quando inseridas no uso ordinário da linguagem. O objetivo é analisar como a noção de gêmeos verbais se relaciona com o contextualismo epistemológico, que defende que o significado do termo “saber” varia de acordo com o contexto do uso; e de que modo essa tese pode restringir as dúvidas céticas, especialmente o argumento do sonho proposto por René Descartes (2016, p. 32-33).

O argumento cartesiano, defende que durante o sonho, podemos experimentar sensações semelhantes a de quando acordados, e assim não há um critério claro para distinguir sonho da vigília. Portanto, não podemos ter certeza de que não estamos sonhando, então não podemos confiar em nossos sentidos como fonte de conhecimento. Para compreender o alcance do argumento, foram consideradas as objeções anticéticas clássicas feitas a ele, articulando-as à concepção clarkiana de gêmeos verbais sob a luz dos comentários de Barry Stroud e Hilary Putnam.

Também foram analisados os tipos de contextualismo: contextualismo de padrões, de alternativas relevantes e não-indexical. Defende-se que essas abordagens contribuem para delimitar o ceticismo, ao mostrar que os critérios de atribuição de conhecimento variam de acordo com o contexto discursivo. A metodologia adotada

combina revisão bibliográfica crítica e análise conceitual, buscando demonstrar que, ao distinguir entre diferentes usos linguísticos, é possível oferecer uma resposta plausível ao ceticismo.

Assim, o trabalho propõe que a interação entre linguagem e epistemologia permite esclarecer os limites das dúvidas céticas e sustentar, em certa medida, a possibilidade do conhecimento. A relevância dos gêmeos verbais de Clarke no contextualismo reside na sua contribuição para a compreensão de como o contexto de uso pode modificar o significado das palavras. Clarke utiliza os gêmeos verbais para ilustrar que o significado das expressões linguísticas não é fixo, mas sim dependente das condições contextuais — desde o conhecimento compartilhado até as condições históricas e sociais. Isso reforça a ideia central do contextualismo de que o significado linguístico é flexível e dinâmico, em oposição a uma visão essencialista e fixista do significado.

Palavras-chave: Epistemologia. Ceticismo. Gêmeos Verbais. Contextualismo.

Bibliografia

CLARKE, T. The legacy of skepticism. *The Journal of Philosophy*, Nova Iorque, v. 69, p. 754-769, 1972.

DESCARTES, R. *Meditações metafísicas*. 4. ed. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LYCAN, W. *Philosophy of Language: a Contemporary Introduction*. 3. ed. Nova Iorque: Taylor & Francis Group, 2008.

MACFARLANE, J. *Assessment Sensitivity: Relative Truth and Its Applications*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MOORE, G. E. Proof of an External World. *Proceedings of the British Academy*, Oxford, v. 25, p. 273-300, 1939.

PUTNAM, H. *Reason, Truth and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

_____. *Philosophy in an Age of Science: Physics, Mathematics, and Skepticism*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

STROUD, B. *A significação do ceticismo filosófico*. Tradução de Eros Moreira de Carvalho; Flavio Williges; Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Associação Filosófica Scientiæ Studia, 2020.

Regresso de Carroll: um problema para a inferência lógica

Thiago Lopes da Costa Gomes

Mestrando em Filosofia no PPGF da UFRJ

<http://lattes.cnpq.br/2051149728872419>

tlopesdacostagomes@gmail.com

75

Em uma famosa passagem dos *Analíticos Anteriores* Aristóteles caracteriza a dedução válida, como uma forma de discurso em que dado certas coisas, algo se segue necessariamente delas, i.e. por causa delas, sem a necessidade de nenhum outro termo para justificar a sua conclusão. Esta “coisa” anteriormente dada em um argumento dedutivo são as suas premissas e, pela definição de Aristóteles, a conclusão deve se seguir necessariamente das premissas sem recorrer a nenhum outro elemento externo, ou seja, todas as condições para a inferência da conclusão devem já estar contidas nas premissas. Isso significa dizer não apenas que argumentos dedutivos válidos nos permitem inferir garantidamente a verdade de uma conclusão dada a verdade das premissas mas também que em uma inferência dedutiva nos vemos obrigados a estabelecer a verdade da sua conclusão, visto que o que é suficiente para a verdade da conclusão já está contido nas premissas, de modo que a conclusão é a apenas a afirmação de algo que já está previamente dado.

Esta forma de conceber a inferência dedutiva é abordada por Lewis Carroll em seu famoso artigo “*What Tortoise said to Achilles*”, em que leva adiante a ideia de que uma inferência dedutiva válida contém nas suas premissas tudo aquilo que é necessário para a afirmação da sua conclusão, e mostra que, somada a exigência de expressar já nas premissas tudo aquilo que garante a conclusão, incluindo a sentença que expressa a validade da inferência, tal concepção da dedução parece levar a uma forma de regresso em que a conclusão de uma inferência nunca é de fato estabelecida.

Em uma tentativa de bloquear o chamado “*Regresso de Carroll*”, Dag Prawitz (2013, pp. 196) em seu artigo propõe uma concepção de inferência em que o processo de estabelecer a conclusão de uma inferência não depende da explicitação da validade da inferência por meio da adição de uma premissa, mas apenas de uma espécie de reconhecimento da validade anterior a inferência.

O presente trabalho pretende defender que apesar de promissora a abordagem de Prawitz mostra-se insuficiente ao confrontar-se com o fato de que mesmo o reconhecimento da validade mostra-se como uma condição demasiadamente forte para a definição da noção de inferência dedutiva, uma vez que é conhecida a existência de uma série de sistemas, dentre eles a lógica intuicionista, que são *estruturalmente incompletos*, isto é, que possuem inferências que não podem ser caracterizadas (e, portanto, nem reconhecidas) por um enunciado de validade.

Palavras-chave: Lógica. Filosofia da Lógica. Teoria da Prova. Inferência. Dedução.

Bibliografia

CARROLL, L. What the tortoise said to Achilles. *Mind*, Volume IV, Issue 14, p. 278-280. 1895.

PRAWITZ, D. Remarks on some approaches to the concept of logical consequence. *Synthese* 62, p. 153-171, 1985.

PRAWITZ, D. Validity of Inferences. In: FRAUCHIGER, M. *Referece, Rationality, and Phenomenology: Themes from Føllesdal*. 2013, p. 179-204.

ROSS, W. D. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*, Oxford 1949.

SCHROEDER-HEISTER, P. Lorenzen's operative justification of intuitionistic logic. In: VAN ATTEN, M. et al. (orgs.). *One Hundred Years of Intuitionism (1907-2007)*. Publications des Archives Henri Poincaré / Publications of the Henri Poincaré Archives. Birkhäuser Basel, 2008, p. 214-240.

O sonho dos filósofos: imagem e experimentação artística do discurso filosófico em Nietzsche e Diderot

André Mesquita Penna-Firme

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/2117426302231899>

apennafirme@gmail.com

77

O trabalho a ser apresentado deriva sua problemática de uma referência a Diderot em uma carta de Nietzsche. A carta, tão enigmática quanto elucidativa, nos permite colocar em cena a relação entre os dois autores. A relação tensa entre ambos nos permitirá pensar a relação entre arte e filosofia entre o auge do Iluminismo no século XVIII e sua crise no fim do século XIX. Nessa relação, fica claro que o jogo entre arte e filosofia é, em última instância, o ponto central para se compreender a relação entre o processo artístico e o conhecimento do mundo.

Em carta a von Seydlitz, ele traça a imagem do que chama de *moralité larmoyante* “para conversar com Diderot”. Uma análise detalhada da referência mostra que não se trata apenas de um ataque à moral burguesa presente no teatro diderotiano – mas que há, no centro de uma visão e de uma posição sobre o discurso filosófico compartilhada por ambos, a estética da imagem como recurso filosófico. A cena descrita, de um cavalo cuja água é negada pelo seu mestre, revela um diálogo filosófico que toma forma através de uma imagem simbólica, quase onírica – muito distante da crítica filosófica que a tradição suporia. Assim, pensar sobre a imagem simbólica em um diálogo entre os dois filósofos significa pensar sobre a relação entre a filosofia e a experimentação com a forma do discurso como a força motriz do pensamento.

Trabalhar o caráter artístico da escrita dos dois autores permite-nos considerar esses recursos artísticos do discurso como experimentação artística, segundo o conceito estabelecido na arte contemporânea no século XX. O argumento central da apresentação será o de que, com base na experiência do experimentalismo artístico, seria possível reconhecer nesses trabalhos filosóficos algo do que veio a ser chamado de

“experimentalismo”. Os paradigmas da estética do pensamento no trabalho de cada um nos parece ser a maneira de entender essa relação.

Nosso principal problema, portanto, será situar o papel da imagem – e sua associação com os sonhos tanto em Diderot quanto em Nietzsche – dentro de uma forma de pensamento que é experimentada enquanto discurso. É no solo do discurso que o pensamento se desdobra como experimentação. A experimentação científica, com a qual Diderot está comprometido como filósofo empírico, é transformada na experimentação do discurso filosófico no processo artístico do pensamento. Essa experimentação, sempre impulsionada por uma hipótese filosófica, é entendida como um jogo e como um sonho.

Palavras-chave: Metáfora. Imagem. Experimentação artística. Nietzsche. Diderot.

Bibliografia

ABEL, G., *Nietzsche: Die Dynamik der Willen zur Macht und die ewige Wiederkehr*. Berlim: Walter de Gruyter, 1984.

BEISTEGUI, M. *Aesthetics after metaphysics: from mimesis to metaphor*. New York: Routledge, 2012.

CANY, B. *Renaissance du philosophe-artiste: Essai sur la révolution visuelle de la pensée*. Paris: Hermann, 2014.

DIDEROT, D. *Œuvres complètes*. Versão E-book. lci-eBooks: [s.l.], 2017.

DUFLO, C., *Diderot philosophe*, Paris: Honoré Champion Éditeur, 2003.

LANSON, G. *Les Origines du drame contemporain*. Nivelles de La Chaussée et la comédie larmoyante, Paris: Hachette, 1903.

NIETZSCHE, F. *Digitale Kritische Gesamtausgabe: Werke und Briefe*. Disponível em: <<http://www.nietzschesource.org/#eKGWB>>.

SCHÖBER, A. Diderot et Nietzsche. *Diderot Studies*, vol. 25, 1993, p. 89-107.

O morto que dança entre o individual e o transindividual no ocaso de Zaratustra.

Laura Francis

Mestranda em Filosofia na USP

<https://lattes.cnpq.br/9002812947299079>

laurafrancis@usp.br

79

Com base na teoria da individuação elaborada por Gilbert Simondon em *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*, este ensaio investiga a cena inaugural de *Assim falou Zaratustra*, de Friedrich Nietzsche, na qual um funâmbulo realiza sua travessia sobre o abismo. A leitura propõe compreender essa imagem como cristalização estética da angústia ontogenética descrita por Simondon: o instante em que o ser, sobressaturado de si, perde a forma e se abre à possibilidade de uma nova individuação. Jean Genet, em *Le funambule*, fornece a chave poética desta travessia, oferecendo-nos, na figura do artista solitário que dança sobre a morte, a medida trágica e encantatória do processo de passagem entre o individual e o transindividual.

Em Simondon, a angústia é uma prova solitária em que a forma individual se desfaz sob a pressão de tensões não resolvidas, expondo o sujeito ao campo pré-individual — dimensão virtual de realidade, onde persistem tensões e potenciais de transformação. Trata-se de uma crise intensiva, em que a forma atual já não se sustenta e o ser é convocado a se refazer. A travessia do equilibrista de Nietzsche condensa essa operação: sua queda não é mero acidente, mas figura do excesso, o momento em que a forma não pode mais se sustentar. A angústia é aqui compreendida como condição de criação. O abismo, longe de ser um fim, é a promessa de um novo começo — se for possível suportá-lo.

Com Genet, a figura do funâmbulo adquire espessura existencial. Não se trata de um acrobata comum, mas de um artista que dança para a sua imagem futura — para uma solidão povoada. O público, paradoxalmente, é o que lhe confere essa solidão extrema, na qual o equilibrista precisa morrer simbolicamente para tornar-se gesto criador. A angústia, então, já não é apenas condição trágica, mas também poética e sagrada. O arame não é cenário; é rito.

A leitura da cena de Zaratustra à luz da teoria simondoniana e da poética de Genet permite compreender a individuação como travessia. O funâmbulo morre para si, mas sua queda convoca Zaratustra a um novo devir. O que está em jogo não é apenas a superação de determinada forma do ser, mas o reconhecimento de que só na experiência abissal — solitária, angustiada e luminosa — o ser pode transitar do individual ao transindividual.

80

Palavras-chave: Angústia. Individuação. Transindividuação. Nietzsche. Simondon. Genet.

Bibliografia

GENET, J. *Le funambule*. Paris: Gallimard, coll. L'Arbalète, 2010.

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PELBART, P. *O avesso do niilismo: ensaios sobre um pensamento fraco e potente*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

SIMONDON, G. *A individuação à luz das noções de forma e de informação*. Tradução de Guilherme Ivo e Luiz Aragon. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Editora Contraponto, 2021.

Notas sobre *O Caso Wagner* e a questão do estilo

Quésia Oliveira Olanda

Doutoranda em Filosofia no PPGF da UFRJ

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/3297948645119846>

olandaquesi@gmail.com

81

O presente trabalho tem como objetivo tomar algumas notas sobre *O caso Wagner* (1888) – texto nietzschiano tardio –, aproximando-o da questão do estilo. Sabe-se do impacto de Wagner na juventude de Nietzsche. Sua obra inaugural, *O nascimento da tragédia* (1872) é um grande exemplo. Sabe-se também do momento crucial em que o filósofo se afasta do compositor alemão, rompendo tanto com sua amizade quanto com sua arte, registrados em *Genealogia da moral* (1887) e em outros escritos da maturidade.

Uma das críticas mais marcantes de Nietzsche direcionadas a Wagner é a íntima relação do compositor com o cristianismo e a aparição de elementos e doutrinas dessa religião em suas obras, tornando-as decadentes e degenerativas. No que concerne ao *O caso Wagner*, Nietzsche faz uma espécie de acerto de contas com seu velho amigo e menciona logo no início do prefácio desta obra seu desejo, que se mostra em proporcionar a si mesmo uma *Erleichterung*, ou seja, um alívio, a fim de liberar-se de algo incômodo: Wagner e o wagnerianismo. Nietzsche ainda direciona críticas contundentes no que concerne à modernidade – definida por ele no epílogo como uma falsidade –, à cultura e à arte, obtendo a partir do compositor alemão um diagnóstico dessa época.

Além disso, a degenerescência que Nietzsche diagnosticou em Wagner se manifesta também na questão do estilo (ou a falta dele), comentada no sétimo parágrafo de *O caso Wagner*. O pensador alemão menciona a presença de um "estilo dramático" na música wagneriana – gesto que revela a incapacidade do compositor para construções de formas mais orgânicas, demonstrando a decadência estilística do mesmo. O estilo sempre foi salutar para Nietzsche, sobretudo, a escrita, pois não basta simplesmente escrever, é preciso se atentar na maneira como as palavras serão conduzidas. Este pensador comenta sobre isso em sua autobiografia intelectual, *Ecce Homo* (1888), no capítulo *Por que*

escrevo tão bons livros, ao mencionar sua multiplicidade de estados inteiros e, por consequência, seus muitos estilos.

Com sua escrita plural, Nietzsche não busca somente criticar toda uma tradição socrática-platônica-cristã, mas sim busca assumir um gesto de escrever de outras maneiras, elaborando uma espécie de experimentação. É portanto, por esse caminho que pretendemos seguir, propondo outras formas de se escrever filosofia a partir dos muitos estilos nietzschianos, pois, como diz Derrida, “e se há estilo, Nietzsche no-lo recordou, ele só pode ser plural” (Derrida, 1991, p. 177).

Palavras-chave: Nietzsche. Wagner. Escrita. Estilos.

Bibliografia

DERRIDA, J. *Margens da Filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. São Paulo: Papyrus, 1991.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, F. *O caso Wagner e Nietzsche contra Wagner*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NIETZSCHE, F. *Ecce Homo*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Foi Nietzsche um pensador teórico na ética?

Daniel Melo Soares

Mestrando em Filosofia na UFMG

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/9549620311126410>

danielmelo912@hotmail.com

83

É comum atribuir a Nietzsche algum tipo de teoria ética: seja utilizando a vontade de poder como princípio fundamental para a construção do edifício ético, como faz Reginster (2006); seja utilizando os indivíduos excepcionais como parâmetro para os valores a serem abraçados, como faz Leiter (2002). Dissonante ao aparente consenso, Williams levanta a hipótese de compreendermos Nietzsche como um pensador não teórico, porém, sistemático. O objetivo de minha apresentação é avançar a hipótese de Williams (2006b, p. 299-300) e considerar suas vantagens e desvantagens em relação a abordagem teórica na compreensão de Nietzsche.

Compreenderei por teoria ética, utilizando Williams (2006a, p. 72), como o conjunto de uma tese sobre o que é o pensamento ético e um teste capaz de fornecer elementos para corrigir nossas ações (torná-las eticamente corretas) e investigarei se Nietzsche fornece material para ambas as partes. Na sequência, considerarei a existência de uma metodologia alternativa a construção de teorias na ética presente em Nietzsche, baseado nos aforismos 32, 186, 187, 260 de *Além do bem e do mal* (2005), nos capítulos 2 e 7 de *Crepúsculo dos Ídolos* (2017) e nos aforismos 57 e 58 d’*O Anticristo* (2016).

Essa abordagem alternativa seria não-fundacionista, ou seja, não elegeria um princípio único como base de nossa vida ética, e estaria fortemente ancorada em uma compreensão histórica de nossas formas de vida. Ela procederia tanto a partir de comparações e contrastes de diferentes perspectivas éticas em prol de criar “tipos éticos”, ou seja, abstrações teóricas agrupando vidas éticas similares em suas rupturas e continuidades, inovações e conservações, quanto a partir de narrativas genealógicas que narram como chegamos as perspectivas éticas atuais. O objetivo dessa metodologia não seria tanto investigar quais proposições e valores éticos são verdadeiros ou falsos, mas sim, produzir confiança ou desconfiança em relação a eles.

Concluirei minha apresentação realizando um balanço entre as vantagens e desvantagens de ambas as abordagens na compreensão do pensamento nietzschiano. Defenderei que a abordagem não-teórica e não-fundacionista melhor se adequa às evidências textuais disponíveis.

Palavras-chave: Ética. Moral. Método. Metafilosofia. Nietzsche. Williams.

Bibliografia

LEITER, B. *Nietzsche: On morality*. Londres/Nova York: Routledge, 2002.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Anticristo: maldição ao cristianismo: ditirambos de Dionísio*. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. *Crepúsculo dos Ídolos: ou como se filosofa com o martelo*. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

REGINSTER, B. *The affirmation of life: Nietzsche on overcoming nihilism*. Harvard: Harvard University Press, 2006.

WILLIAMS, B. *Ethics and the limits of philosophy*. Londres: Routledge, 2006a.

_____. *The sense of the past: essays in the history of philosophy*. Princeton: Princeton University Press, 2006b.

Algumas breves considerações sobre o papel da arte na cultura, segundo o jovem Nietzsche

Larissa da Silva Medeiros

Doutoranda em Filosofia no PPGF da UFRJ

<http://lattes.cnpq.br/1993537004365364>

medeiroslarissa@ufrj.br

85

A apresentação tem como objetivo propor algumas considerações sobre a importância da arte para a crítica à cultura moderna, realizada no período de juventude do filósofo Friedrich Nietzsche. Desse modo, analisaremos os principais argumentos do autor em *O Nascimento da Tragédia* (1872), *Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino* (1872), *David Strauss, o confessor e o escritor* (1873) e *Schopenhauer como educador* (1874). Nietzsche aponta problemas na cultura e na educação nos estabelecimentos de ensino da Alemanha no século XIX, que estavam subordinados aos interesses do Estado. Estabelecido esse ponto de partida, esperamos elaborar as seguintes questões: O que Nietzsche entende por cultura? De que maneira a arte poderia contribuir para a renovação da cultura alemã?

Em *O Nascimento da Tragédia*, o artista ocupa a posição central no projeto metafísico proposto por Nietzsche, concebendo a existência como um fenômeno estético. No mesmo projeto, nota-se sua preocupação com a crítica à cultura alemã no século XIX, especialmente em relação ao declínio da cultura popular. Essa questão levou Nietzsche a pensar o que caracterizaria uma cultura popular como unidade de estilo, por meio da música e dos mitos. A cultura grega se apresenta como uma referência para pensar as bases da cultura alemã. Recorreremos a alguns trechos de *Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino* para destacar a crítica à educação submetida a ideologia do Estado. Nietzsche propõe a libertação da educação, defendendo uma cultura desvinculada das ambições dos eruditos. Veremos também como se dá a crítica à cultura, a partir de duas tendências distintas: a cultura de massa e a cultura do popular subordinada aos interesses da burguesia.

Em seguida, pretendemos analisar brevemente os principais argumentos de Nietzsche em *Schopenhauer como educador*, especialmente no que diz respeito à meta

da cultura e à proposta de uma concepção de educação voltada à formação de indivíduos livres, que busquem reencontrar a si mesmos. Nesse contexto, o papel do educador seria orientar e fortalecer as aptidões e singularidades de cada indivíduo, promovendo um percurso de formação autêntico.

Em conclusão, visamos percorrer os principais argumentos de Nietzsche em seus aspectos estéticos, culturais e metafísicos, para avaliar a consistência da sua proposta de interpretação da arte e da sua relação com a cultura. Além disso, esperamos reinserir esses argumentos no contexto histórico-intelectual a partir do qual Nietzsche os elabora.

Palavras-chave: Cultura. Formação. Estética. Jovem Nietzsche.

Bibliografia

NIETZSCHE, F. *O Nascimento da Tragédia*. Tradução, notas e posfácio: J. Guinsbourg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Escritos sobre educação*. Tradução, apresentação e notas de rodapé: Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Schopenhauer como educador*. Tradução de Tiago Tranjan. São Paulo: Editora Madalena Ltda., EPP – Mundaréu, 2018.

_____. *David Strauss, o confessor e o escritor*. Tradução, apresentação e notas: Antônio Edmilson Paschoal. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2020.

A injustiça epistêmica como mediador normativo do lugar de fala: uma interlocução entre Djamila Ribeiro e Miranda Fricker

Felipe Cordeiro Alves

Doutorando em Filosofia na UFMG

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/3787450129549684>

felipepsi@live.com

87

Este trabalho propõe o estabelecimento da concepção de injustiça epistêmica corretiva como mediador normativo dos diagnósticos de contexto orientados pela ideia de lugar de fala. Ao fazê-lo, pretende avançar com o desenvolvimento conceitual termo, diluindo a indeterminação prescritiva de sua aplicação em situações fáticas e reduzindo a amplitude contraproducente das acepções que pode contrair teoricamente.

O percurso proposto retoma a delimitação conceitual conferida à ideia de lugar de fala, empreendida por Djamila Ribeiro (2017), que integrou a polissemia assumida pelo termo em diferentes campos de pesquisa. Essa delimitação é apreciada e sua recapitulação tem como saldo a identificação de incompletudes em seu recente desenvolvimento, são elas, a) a disponibilidade simétrica do lugar de fala, acessível a ambos os interlocutores em dado debate e b) a indeterminação interpretativa dos diagnósticos de contexto por ele orientados. As incompletudes identificadas serão remetidas às críticas e ponderações sobre o conceito, restrita aqui ao recorte composto pelas reflexões de Maria Rita Kehl (2020) e Jessé de Souza (2021), onde as lacunas a) e b) permitem que o conceito contraia as acepções e apresente contextos de aplicação explorados pelas críticas dos autores citados.

O trabalho propõe uma solução parcial para as lacunas que embasam as recepções críticas da conceitualização do lugar de fala recorrendo ao conceito de injustiça epistêmica, proposto pela filósofa Miranda Fricker (2007). Dessa leitura é desenvolvida a formulação de que os casos de injustiça epistêmica são aqueles nos quais disparidades na distribuição da autoridade epistêmica são verificadas. Assumida a função epistêmica do lugar de fala, no qual está em questão o exercício de autoridade, influência e visibilidade, é proposto que a consideração sobre o lugar de fala em contextos

determinados consiste na consideração de alterações da distribuição da autoridade epistêmica em casos em que ela deve ser mantida, caracterizando um cenário de injustiça. Assim, os apontamentos de distorções dos lugares de fala estariam normativamente autorizados quando forem associados a consequências como a sub-representação de agentes interessados em deliberações coletivas, invisibilizações, silenciamentos, entre outras desvios éticos.

O saldo preliminar deste trabalho reúne indicativos de que a inclusão desse aspecto normativo na concepção de lugar de fala fornece recursos conceituais que interditam sua apropriação por agentes auto interessados e o extravio irrefletido de seus propósitos corretivos, tendências que embasam as críticas diretas à sua atual delimitação conceitual.

Palavras-chave: Lugar de fala. Injustiça Epistêmica. normatividade. Ética. Epistemologia.

Bibliografia

DE SOUZA, J. J. F. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

FRICKER, M. *Epistemic Injustice*. Power and Ethics of Knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KEHL, M. R. *Lugar de “cale-se”!* Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/08/11/lugar-de-cale-se-por-maria-rita-kehl/>.

RIBEIRO, D. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

O revisionismo histórico em Fanon. Uma leitura benjaminiana

Luigi Tonom Martin

Mestrando em Filosofia na UNICAMP

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/4180102382374076>

l240297@dac.unicamp.br

89

A proposta dessa comunicação é a de apresentar a relação que existe entre os escritos de Walter Benjamin sobre a história e a narrativa decolonial presente no livro *Pele negra, máscaras brancas* de Frantz Fanon. Isso posto, o objetivo é introduzir e apresentar panoramicamente uma das justificativas que sustentam um revisionismo decolonial da história.

Fanon em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, grosso modo, se atém a fazer uma análise psicolinguística da condição do negro de sua época, principalmente a partir da relação do negro antilhano com a cultura francesa. Nesse sentido, dois dos temas que surgem ao longo do livro são: 1) A língua e a cultura do colonizado como instrumento de dominação. 2) O estudo psicanalítico da condição do negro em contextos eurocêntricos. Isto posto, de maneira geral, percebe-se, conforme a leitura do livro, que o objetivo principal de Fanon é o de expor de que maneira o negro foi inferiorizado e pensado sempre dentro de um contexto branco-europeu, desconsiderando culturas e costumes do povo colonizado.

Paralelamente a isso, a Tese IX dos conceitos de história, de Walter Benjamin, introduz a figura metafórica de um anjo que, de costas para uma tempestade, tenta incessantemente reunir os destroços e os escombros causados por ela. Assim, o anjo seria aquele que representaria o materialista histórico. Isso porque, veremos na tese VI que o materialista histórico é aquele que estuda a história a partir da perspectiva dos vencidos, daquilo que foi descartado e esquecido. Seria, então, a prática corriqueira desse historiador, o exercício de estudar à contrapelo a história (Cf. Benjamin, 2020, p. 55), ou seja, um exercício ativo de garimpo, de buscar entre os destroços, escombros e daquilo que foi deixado para trás novas perspectivas da história e que sustentará, de acordo com Benjamin, um estreitamento dos laços entre história e política.

Assim, a proposta deste trabalho é, nada mais que, introduzir panoramicamente os temas mencionados anteriormente no texto *Pele negra, máscaras brancas* de Frantz Fanon – tendo sempre em mente, como abordagem metodológica, uma revisão bibliográfica e uma análise comparativa entre textos dos dois autores –, a fim de apresentar um debate decolonial aproximando Benjamin, Fanon e, em última instância, sustentando a relação existente entre história e política que, ao meu ver, justifica a narrativa decolonial.

Palavras-chave: Benjamin. Fanon. História. Decolonialismo.

Bibliografia

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história [recurso eletrônico]. Organização e tradução de Adalberto Müller, notas de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, 2020

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Os condenados da terra*. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Sob o véu da invisibilidade: limites da justiça rawlsiana diante dos direitos LGBTQIAPN+

Leandro Rocha dos Santos

Doutorando na UFRRJ

<https://lattes.cnpq.br/4190002592634755>

psi.leandro.rocha@gmail.com

91

Este trabalho propõe uma análise crítica da teoria da justiça como equidade, formulada por John Rawls (1921–2002), interrogando sua suficiência normativa diante das exigências contemporâneas de reconhecimento identitário em sociedades moralmente plurais. Parte-se da hipótese de que esse modelo teórico, sustentado na imparcialidade contratual e na distribuição equitativa de bens primários, mostra-se limitado frente às múltiplas formas de exclusão simbólica que incidem sobre sujeitos LGBTQIAPN+. As reflexões aqui desenvolvidas retomam discussões elaboradas na dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRRJ (Santos, 2018), na qual se investigam as tensões entre redistribuição e reconhecimento como dimensões da justiça social.

A abordagem metodológica é de natureza teórico-conceitual, articulando uma leitura crítica das principais obras do filósofo liberal — *Uma Teoria da Justiça* e *Justiça como Equidade: uma reformulação* — ao debate filosófico contemporâneo sobre justiça e reconhecimento, especialmente nas contribuições de Nancy Fraser (1947-) e Axel Honneth (1949-). Reexaminam-se os fundamentos contratualistas da teoria rawlsiana, com ênfase na posição original e no véu da ignorância como dispositivos procedimentais voltados à neutralidade moral. Argumenta-se, no entanto, que tais instrumentos, embora relevantes para assegurar igualdade formal, negligenciam dimensões culturais, relacionais e simbólicas das injustiças que acometem grupos historicamente marginalizados.

A análise evidencia que, a despeito de sua relevância para a consolidação das liberdades públicas e direitos civis, a concepção rawlsiana permanece insuficiente para enfrentar as violências estruturais não materiais — como a negação do reconhecimento público, a inferiorização de identidades dissidentes e os processos de apagamento

normativo. Tais lacunas teóricas fragilizam o alcance emancipatório da justiça como equidade diante de contextos marcados por diversidades éticas, religiosas, raciais e sexuais.

Conclui-se que uma teoria democrática da justiça deve transcender o paradigma distributivo liberal, incorporando o reconhecimento como dimensão constitutiva da equidade. Os aportes de Fraser e Honneth revelam-se indispensáveis à construção de um modelo mais abrangente de justiça social, apto a responder às demandas por redistribuição e, sobretudo, por visibilidade, pertencimento e dignidade. Tal reflexão adquire especial relevância no Brasil contemporâneo, atravessado por retrocessos normativos e recrudescimento das violências simbólicas contra corpos e subjetividades dissidentes.

Palavras-chave: Justiça distributiva. Liberalismo político. Direitos sexuais LGBTQIAPN+. Reconhecimento. Pluralismo.

Bibliografia

FRASER, N. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a “postsocialist” age. *New Left Review*, n. 212, p. 68-93, jul.-aug. 1995.

_____. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

_____. *O Liberalismo Político*. São Paulo: Editora Ática, 2000b.

_____. *Justiça como Equidade: uma reformulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *História da Filosofia Moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Conferências sobre a história da filosofia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SANTOS, L. R. dos. *Violências contra a população LGBT: entre a distribuição e o reconhecimento*. 2018. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

Performatividade e paródia e fracasso

Richard Roseno Pires

Doutorando em filosofia na UERJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/7261200882111186>

richardsrosenos@gmail.com

93

Esta pesquisa trata-se do esforço por evidenciar o caráter gerativo-positivo das redes de saber-poder diante da possibilidade de uma *queer* epistemologia, como pretende atentar-se ao modo como esta analítica genealógica rasura a metafísica dualista e substancial ao notar uma mecânica ardilosa do poder que insistentemente produz para governar a partir de seus mesmos termos (Foucault, 2017, p. 55; Butler, 2023, p. 235), mas que fracassa ao seu status de substancialidade ser relido enquanto uma impossibilidade.

Diante destas ruínas teóricas, que pretende dismantelar o *sujeito* a-histórico e o lê como uma fabulação colonial de uma situação reiterada, a noção de inteligibilidade de gênero como efeito desta teia discursiva poderá ser lida a partir dos rastros que a performatividade e a paródia anunciam à diferenciação sexual. No pensamento de Judith Butler: não há um corpo pré discursivo, como não há possibilidade da diferenciação sexual ocupar o status de natureza se não dentro desta inteligibilidade heteronormativa (2023, p. 25).

Tendo retalhado estes pressupostos teóricos a partir de uma breve análise bibliográfica, insistiremos em um deslocamento ao imaginar o fracasso como um gesto desnaturalizador autobiográfico (Butler, 2023, p. 236; Halbrstem, 2022, p. 11), que pretende ridicularizar este sistema de coerência entre sexo-gênero-desejo lido como natureza fundante. Neste cenário, ao dismantelar a dualidade representante e representado do dimorfismo sexual, anuncia-se o caráter performativo da diferenciação sexual binária, como pretende-se celebrar as possibilidades de desnaturalização e do fracasso da norma a partir da paródia. Em outras palavras, esta pesquisa deseja anunciar que o status de natureza o qual a heterossexualidade compulsória pretende ocupar trata-se de um efeito de uma teia ardilosa do poder que insistentemente produz e declara a partir

de sua própria discursividade, e que anúncio do fracasso desta inteligibilidade seria capaz de ridicularizar este éthos compulsório ao parodiar outros modos de vida.

Por fim, este estudo em rastros debruça-se diante da sina por evidenciar o caráter performativo da heterocolonialidade ao sugerir que seu status de estabilidade e substancialidade trata-se de uma insistência do poder que oculta sua mecânica produtiva, como pretende sugerir uma desontologia do que chamamos de sujeito sexuado e humano, apostando em uma analítica da performatividade e da paródia desnaturalizante como uma possibilidade de rir-caçoar do status de normalidade da heterossexualidade ao celebrar os fracassos imanentes à norma.

Palavras-chave: Performatividade. Estudos queer. Performance. Paródia.

Bibliografia

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Subversão de identidade*. 24. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2023.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: Vontade de saber*, vol. 1. 6. ed. Tradução de Maria Thereza de Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 2017.

RODRIGUES, C. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 140-164, 2012.

HALBERSTAM, J. *A arte queer do Fracasso*. Disponível em: https://www.academia.edu/42870801/A_ARTE_QUEER_DO_FRACASSO_JACK_HALBERSTAM. Último acesso em: 20/07/2025.

O Estado democrático de direito burguês no sistema capitalista-fascista

Gilberto Davanço Neto

Doutorando em Filosofia na PUC-SP

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/7900130629911064>

davancogilberto@gmail.com

95

O Estado, a democracia e o direito são as formas burguesas que representam os interesses dessa classe, para defendê-los e explorar a classe trabalhadora através dessas formas. A estrutura do sistema capitalista tem como base a ditadura burguesa, que ocorre por meio da ideologia da sagrada propriedade privada dos meios de produção. A partir dela que a classe burguesa constitui capital político e consequentemente poder para subjugar a classe despossuída dos meios de produção. A forma direito ao igualar, por meio da ideologia da subjetividade jurídica, como se todos fossem sujeitos de direito, forja uma liberdade, igualdade e democracia a todos os sujeitos. Entretanto, ocorre que os sujeitos são subjugados pelo direito, perante o Estado burguês. Assim, a classe trabalhadora é atravessada pela ideologia burguesa, obrigada a vender a força física como mercadoria no mercado de negócios burguês, o Estado.

O sistema capitalista se desenvolve por meio de crises para exploração, legalizado institucionalmente no Estado por meio do direito. Na medida em que as formas institucionais burguesas não dão conta de desenvolver o sistema capitalista a longo prazo, para defender a propriedade privada e explorar a mais-valia, erige o fascismo dentro da legalidade e institucionalidade das formas burguesas. Embora o fascismo fique escancarado somente nos momentos de grandes avanços da ditadura burguesa, o fascismo é a guerra civil do capital e as favelas são os campos de concentração. A sociedade civil é uma permanente guerra de luta de classes no capitalismo.

O capitalismo-fascismo por meio dos aparatos ideológicos do Estado, suas formas e entidades, estabiliza a sociedade e controla o modo pelo qual se desenvolve, desde a lógica da razão humana até os afetos. As relações sociais justas pelo valor de uso sucumbem às relações socioeconômicas pela forma jurídica do valor de troca.

O objetivo deste trabalho é desvelar a aparência do Estado democrático de direito burguês. Perpassando pelas formas direito, Estado, política e, assim, alcançar a raiz das relações socioeconômicas, isto é, o capitalismo-fascismo. A justificativa ocorre pelo fato de que não é natural e justo a estrutura do sistema capitalista, revestida pela ideologia de um Estado democrático de direito, que na realidade é a escravização do capital. A conclusão é que o fascismo não é o Estado de exceção, a falta de direitos humanos, senão a vanguarda do capital. A metodologia utilizada neste trabalho é o materialismo histórico-dialético, como base teórica utiliza-se o pensamento em Evguiéni Bronislavovitch Pachukanis.

Palavras-chave: Capitalismo. Democracia. Direito. Estado. Fascismo. Pachukanis.

Bibliografia

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

HIRSCH, J. *Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NAVES, M. B. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2000.

PACHUKANIS, E. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, São Paulo, 2020.

SADER, E. *Estado e política em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Quando começa o capitalismo? A mercadoria e o “espaço histórico das categorias” em *O capital*, de Karl Marx

Lutti Mira

Doutorando em Filosofia na USP

Bolsista FAPESP

<http://lattes.cnpq.br/8392530470767058>

luttimira@gmail.com

97

Apesar de ter sido amplamente analisado e debatido, o capítulo a respeito da mercadoria, com o qual Marx inicia o primeiro volume de *O capital*, ainda suscita interpretações divergentes a respeito de qual seria o “espaço histórico das categorias” ali empregadas. Através da ideia de “espaço histórico das categorias”, Fausto (2015) procurou estudar qual seria o alcance histórico e a aplicabilidade devida das noções que Marx mobiliza quando trata da produção simples de mercadorias no capítulo inicial de sua obra.

Como mostra Campbell (2013), são três as posições mais recorrentes a esse respeito: (i.) as interpretações que, na esteira de Engels, avaliam que a produção simples de mercadorias diz respeito tão somente ao pré-capitalismo; (ii.) as interpretações que consideram o capítulo sobre a mercadoria como fazendo parte de um nível abstrato e geral da produção, englobando tanto capitalismo quanto pré-capitalismo, e o valor como uma categoria da produção mercantil, mas ainda não da produção capitalista (Bidet, 2015); (iii.) e, finalmente, as interpretações cujo intuito é defender que a produção simples de mercadorias e o valor já são categorias capitalistas. Como se vê, trata-se de uma disputa que diz respeito ao problema do início categorial do capitalismo, bem como à questão da articulação entre as dimensões lógica e histórica na exposição que Marx desenvolveu em *O capital*.

Em minha apresentação, pretendo desenvolver a ideia de que a posição (iii.) é a mais consequente. Para tanto, mobilizarei inicialmente os argumentos de Backhaus (2011) a respeito da gradual historicização da exposição marxiana entre os *Grundrisse* (1857-1858) e *O capital* (1872), a fim de evidenciar que o próprio Marx gradualmente

privilegiou uma exposição que justapõe lógica e história de maneira a alimentar a posição historicista de Engels (i.). Num segundo momento, pretendo retomar a “teoria monetária do valor” proposta por Heinrich (2011), para mostrar que é necessário evitar qualquer leitura etapista das primeiras seções de *O capital*: nessas primeiras seções, não temos a passagem histórica do capital comercial para o capital propriamente dito, como defende Bidet e a posição (ii.), mas sim a gradual descoberta lógica de como a produção simples de mercadorias na verdade pressupõe a produção especificamente capitalista.

Meu objetivo é, assim, retomar a posição defendida por Fausto (1997), segundo a qual é necessário considerar a natureza contraditória da exposição marxiana da mercadoria, que articula categorias presentes tanto no pré-capitalismo quanto no capitalismo com a finalidade de definir a especificidade deste último.

Palavras-chave: Marx. Capital. Mercadoria. História.

Bibliografia

BACKHAUS, H.-G. *Dialektik der Wertform. Untersuchungen zur Marxschen Ökonomiekritik*. Freiburg: Ça ira Verlag, 2011.

BIDET, J. Miséria na filosofia marxista: Moishe Postone leitor do *Capital*. *Crítica marxista*, Campinas, SP, n. 41, p. 9-49, 2015.

CAMPBELL, M. The Transformation of Money into Capital. In: BELLOFIORE, R. et al. (orgs.) *In Marx's Laboratory. Critical interpretations of the Grundrisse*. Leiden & Boston: Brill, 2013.

FAUSTO, R. *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz & Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. *Sentido da dialética*. Marx: Lógica e política. (Tomo I). Petrópolis: Vozes, 2015.

HEINRICH, M. *Die Wissenschaft vom Wert. Die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition*. Münster: Verlag Westfälisches Dampfboot, 2020.

MARX, K. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2023.

**A vulgarização do *Verfremdungseffekt*:
notas sobre a atualidade do teatro de Brecht
na periferia do capitalismo**

Davi Dias Ribeiro Arantes

Doutorando em Filosofia na UERJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/8035910409464339>

davidias0102@hotmail.com

99

Em 1968, Pasolini escreve o *Manifesto por um novo teatro*, no qual reconhece a inovação promovida por Brecht no teatro, contudo afirma: “além do mais, e isto é certo, os tempos de Brecht findaram para sempre” (2001, p. 6). Este trabalho parte dessa afirmação para refletir sobre a atualidade do “efeito de estranhamento” (*Verfremdungseffekt*) mobilizado por Brecht. Quais foram esses tempos que não voltam mais? E quais elementos políticos e estéticos dessa proposta ainda encontram serventia hoje?

O efeito de estranhamento ou desnaturalização para Brecht busca explicitar ao espectador que aquilo que se vê no teatro é representação. A hipótese aqui é que tal conceito foi vulgarizado, i.e., embora suas ideias circulem mais hoje, o sentido de choque e estranhamento almejado encontra-se esvaziado. Schwarz indica que vivemos uma “sangrenta desorientação, o arbítrio planejado e a desordem induzida não são habituais, familiares ou simples, e nesse sentido os conselhos contrários à sua aceitação inocente chovem no molhado” (1999, p. 142).

Se em Marx lemos “eles não sabem disso, mas o fazem” (Marx, 2017, p. 149), Sloterdijk (2012) reformula a partir da ideia “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas o fazem ainda assim”. O movimento crítico em Marx não visa apenas desvelar um conteúdo por trás de uma forma – isso a economia política burguesa já fazia –, seu mérito é se debruçar sobre “o segredo dessa própria forma” (Žižek, 2024, p. 42). Hoje, o sujeito já antecipa a distância pretendida pelo dramaturgo, o que lhe é apresentado já foi desvelado, a mentira é vivida como verdade. A desnaturalização brechtiana tornou-se suspeita. Assim, a ideologia não é mera ilusão, algo pode ser objetivamente verdadeiro e

ideológico (Žižek, 1996, p. 12). Schwarz indica um descompasso entre o pensamento brechtiano e o Brasil, no qual o “nosso zé-ninguém” sequer se constituía como sujeito de direito brasileiro, enquanto “para Brecht a superação do mundo capitalista [...] dependiam da lógica do coletivo e da crítica à mitologia burguesa do indivíduo avulso” (1999, p. 146).

Analisar a valência do *Verfremdungseffekt* ao modo de Brecht envolve disjunções frente a realidades periféricas, como a Itália de Pasolini. Em *A exceção e a regra* se indica uma “sangrenta desorientação”, assim, o êxito do *Verfremdungseffekt* é a exceção presente na modernidade, a regra é a periferia. Os questionamentos devem ser alterados: “O que o distanciamento ainda pode agrupar? Que tipo de relação coletiva ele pode construir?” (Carvalho, 2006, p. 171).

Palavras-chave: Brecht. Teatro. *Verfremdungseffekt*. Periferização. Vulgarização.

Bibliografia

CARVALHO, S. de. Questões sobre a atualidade de Brecht. *Sala Preta*, São Paulo, v. 6, p. 167-173, 2006.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

PASOLINI, P. P. Manifesto por um novo teatro (1968). *Folhetim*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 4-21, 2001.

SCHWARZ, R. Altos e baixos da atualidade de Brecht. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SLOTEDIJK, P. *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

ŽIŽEK, S. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *O sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

Reflexões sobre a expansão dos sentidos do Realismo Socialista

Antônio Pedrosa Castellar Pinto

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/6908333733307685>

antoniocastellar@gmail.com

101

Quando Krushev assumiu o comando da URSS, foi iniciado o período da *détente*. Os crimes de Stálin foram denunciados, muitos cidadãos voltaram dos Gulags, os níveis de medo reduziram-se. Certa euforia tomava a população. No domínio das artes, essa onda de liberalização fez-se sentir também – tudo em correspondência com a promessa lançada por Krsuchev: o fim da Ditadura do Proletariado. À medida que a influência do stalinismo sobre os órgãos culturais se reduzia, os rígidos critérios de produção de arte eram questionados. O Realismo Socialista começava a ser criticado em alguns de seus aspectos.

Os artistas, mesmo nessa nova onda de liberdade, permaneciam vinculados aos objetivos do Estado, contudo. Havia ainda um desejo de honrar os valores do socialismo. Do Realismo Socialista, então, a classe artística passou a questionar apenas o seu aspecto formal, isto é, a partícula *Realismo* do estilo. Como a sociedade se aproximava do comunismo bem acabado, as discussões nos jornais – agora permitidas – buscavam uma expansão do sentido dessa partícula, para englobar aspectos do Expressionismo. Já que o *corpus* social havia sido transformado, um *Expressionismo* deveria ser elogiado, porque agora o Novo Homem Soviético detinha uma nova subjetividade livre das condicionantes capitalistas. Então, aquilo que foi condenado, no período de Stálin, como formalismo, poderia voltar enquanto experimentalismo, porque serviria ao Novo Expressionismo Soviético.

O objetivo desta apresentação é propor uma segunda “corrupção” do Realismo Socialista, que compusesse melhor com o *Expressionismo* que as discussões da *détente* buscaram inscrever no *Realismo* do estilo. E se expandíssemos o *Socialismo* do binômio para conter um “esforço de interpretação materialista-histórica da produção artística”? Para além das liberdades formais alcançáveis com a modificação no *Realismo*, haveria uma possibilidade de compreensão sócio-histórica da arte, aferindo-se-lhe um *sentido*

socialista, que contribuísse para a resolução dos conflitos materiais. Se o capitalismo é capaz de tornar mercadológico qualquer produto social, a crítica socialista deve ser capaz de produzir sentido histórico-material a partir de toda produção humana.

Por meio da análise de texto de Susan Reid, escravista inglesa, e de elaboração filosófica criativa, este resumo visa à criação de nova linha interpretativa para produções artísticas. Este esforço se justifica pela necessidade de elaborar-se melhor uma crítica e uma criação de arte engajada, que não comprometam a liberdade formal e intencional dos artistas. Nesse sentido, a liberdade criativa é condição *sine qua non* dessa nova possibilidade hermenêutica. Como deriva do Realismo Socialista, esta apresentação pretende formular um Novo Expressionismo Hermenêutico.

102

Palavras-chave: Estética. Arte contemporânea. Socialismo tardio. Marxismo.

Bibliografia

BLAKESLEY, R. P.; REID, S. E.: *Russian art and the West: a century of dialogue in painting, architecture and the decorative arts*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 2007.

SALZSTEIN, S. (org.) *T. J. Clark. Modernismos: ensaios sobre política, história e teoria da arte*. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. *As ideias estéticas em Marx*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Simone Weil e o horror

Guta Rufino

Mestranda na UFF

<http://lattes.cnpq.br/5015107750036864>

gutarufinofilo@gmail.com

103

Este trabalho pretende explorar a ideia de horror associado ao conceito de *malheur* no pensamento da filósofa Simone Weil. Podendo ser traduzido como infortúnio, esse conceito aparece em diversas obras de Weil como uma experiência mais intensa que o simples sofrimento (Weil, 1957, p. 31), sendo sempre social, mas também existencial (Weil, 2020, p. 74-5). A ideia de horror associada ao *malheur* aparece no texto *La personne et le sacré*, onde a filósofa compara a experiência do *malheur* com a do sofrimento: as pessoas ao contemplarem o sofrimento humano teriam um sentimento de piedade, mas ao contemplarem o *malheur* elas teriam um sentimento de horror.

Para explicar o horror do *malheur*, Weil traz a imagem dos mortos: é possível se compadecer deles, mas há cadáveres que parecem ter sido jogados nos campos de batalha que são grotescos, que causam horror (*ibidem*, p. 31-2). No mesmo texto, ela traz outras imagens associadas ao horror: a usina moderna não estaria longe do limite do horror (*ibid.*, p. 20); horror à mentira (*ibid.*, p. 30); o horror do mal sofrido (*ibid.*, p. 35). Todas essas outras imagens estão associadas também ao conceito de *malheur*, tornando a ideia de horror uma meio para compreender melhor o conceito: a experiência do trabalhador da usina revela o caráter social do *malheur*, o horror à mentira traz o aspecto epistêmico desse conceito como essencial para o acesso à verdade (*ibid.*, p. 29), o horror ao mal sofrido é o grito silencioso por justiça de quem experiencia o *malheur* (*ibid.*, p. 32 e 34).

A experiência do horror se dá em imagens e experiências a partir de algo outro, tendo um caráter sensível e estético. Não à toa, o *malheur* é associado à beleza: mesmo que o *malheur* seja horrível, a expressão verdadeira do *malheur* é soberanamente bela (*ibid.*, p. 33). Weil associa frequentemente o *malheur* à textos literários (Weil, 1988, p. 37). A relação polêmica entre beleza e horror só é possível compreendendo a beleza como aquilo que busca atenção pura (Weil, 1957, p. 33) e que permite o acesso à verdade e à justiça (*ibidem*, p. 34).

Dessa maneira, o *malheur* pode ser melhor compreendido em uma experiência estética de acesso ao grotesco e horrível. Mais: compreender a experiência estética do *malheur* em seu caráter de horror pode nos permitir acessar o grito silencioso por justiça nas experiências mais profundas de sofrimento no contexto político-social contemporâneo.

104

Palavras-chave: Simone Weil. Horror. Malheur. Beleza. Estética. Justiça.

Bibliografia

WEIL, S. La Personne et le sacré. In: WEIL, S. *Écrits de Londres*. Paris: Éditions Gallimard, 1957, p. 11-45.

_____. *Attente de Dieu*. Paris: Éditions Fayard, 1966.

_____. *La pesanteur et la grâce*. Paris: Librairie Plon, 1988.

_____. *Pensamentos desordenados sobre o amor de Deus*. Tradução de Karin Andrea de Guise. Petrópolis: Vozes, 2020.

O que narra um bordado?

Salma da Silva Soria

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/3448782775095586>

salmasoria@gmail.com

105

Ao olharmos para um tecido com bordados, desvinculando da associação histórica de artesanato e da não arte, podemos pensar introdutoriamente: o que bordar quer efetivamente dizer? Que mensagem nos passa? Diante do ângulo de narração como característica ilustrada, a partir da obra *Olha-me e narra-me: filosofia da narração* da filósofa Adriana Cavarero o presente trabalho objetiva aproximar a relação entre imagens bordadas e as vozes que ecoam desta técnica.

Como metodologia utilizada, observamos alguns dos trabalhos da exposição “Mulheres atingidas por barragens: bordado direitos”, exibida no Museu de Arte de São Paulo. Através da técnica *arpillera*, testemunhos de inúmeras mulheres são contados com a agulha, a linha e os gestos. Histórias de vida entrelaçadas pela arte de contar histórias.

A técnica de bordado *arpillera* (que começou no final dos anos 1960, no Chile, em plena ditadura de Pinochet como silenciosa tática para denunciar as violações de direitos) se transformou num testemunho têxtil seguro para a organização das mulheres. Este modo de bordar, tornada expressão política em meio a aguda crise das liberdades, se espalhou pelo planeta e hoje milhares de mulheres recontam esperanças e feridas num mundo em que insiste em violar os direitos mais básicos. Ao deslocarmos o bordado do artesanato (e a ficcionalização do modo de trabalho feminino) encontramos um campo de registro narrativo que pode ser interpretado sob a silenciosa apresentação das imagens.

Como conclusão preliminar, o tradicional bordado e modos de dizer uma história geram entrelaçamentos. Nessa tessitura, um modo de narrar é desdobrado. Na relação entre sujeito e objeto que dá o sentido de unidade e se insere na história, os bordados em sua reprodução e imitação da cena, descrevem acontecimentos de diversas vidas, não apenas pelo que se bordou, mas durante o ato de bordar uma determinada cena, estampa-se o exercício de (re)contar uma mesma história.

Palavras-chave: Estética. Bordado. Arte. Narração.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CAVARERO, A. *Olha-me e narra-me: filosofia da narração*. Tradução de Milena Vargas. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.

ELIADE, M; COULIANO, I. (orgs.); *Dicionário dos símbolos*. Tradução de Silvana Cobucci e Leonardo A. R. T. dos Santos. Petrópolis: Vozes, 2024.

RJEILLE, I.; BRITO, G. H. (orgs.). *Mulheres atingidas por barragens: bordando direitos*. São Paulo: MASP, 2025. [catálogo de exposição].

A ontologia da fotografia em Bad Bunny: o caso de DeBÍ TiRAR MáS FOToS

Gabriela Reboredo Evora

Doutoranda em Filosofia na UNICAMP

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/0465344338548623>

gabireboredoevora@gmail.com

107

Lançado em 5 de janeiro de 2025 o sexto álbum de estúdio de Bad Bunny, intitulado de DeBÍ TiRAR MáS FOToS é um potente lembrete que ainda nos dias de hoje é necessário dar a voz e a valorização necessária para a herança latina, seja na música ou fora dela. Toda a composição do álbum, desde a capa, até as faixas e a recente última notícia do anúncio de que a turnê não passará pelos Estados Unidos demonstra que Benito calculou cuidadosamente a obra em questão para se tornar um grito para o mundo de que a América Latina continua produzindo arte e cultura da melhor qualidade.

No trabalho em questão, busco analisar os aspectos culturais e sociais inerentes ao álbum e a persona do artista, que sempre se autodeclarou um ativista político, e performa o título com excelência nessa nova produção. Além disso, toda a composição do produto audiovisual tem uma correlação muito potente com a fotografia, podendo ser realizada uma análise filosófica sobre a ontologia da técnica no mundo contemporâneo.

Já à primeira vista, uma das coisas que mais impressionou no álbum-manifesto de Benito foi a estética da capa. O grande feito é a identificação do público com a fotografia, que evoca lembranças familiares e culturais. Nas redes sociais, os ouvintes compartilham fotos de infância com fundos similares, fazendo-os se conectar com lembranças e memórias pessoais, já fazendo jus ao título do álbum, que convida o espectador a um sentimento de nostalgia e reflexão sobre as histórias que nossas antigas fotos contam. Segundo Walter Benjamin “A memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado, com o desaparecimento dessas coisas, com o poder da morte.” (Benjamin, 1987, p. 194).

Essa dialética entre a vida presente e o que já passou, ou o que já “morreu” é tema recorrente ao longo das dezesseis faixas do álbum, comprovando a versatilidade do artista que, além de discorrer sobre questões específicas de uma parte do globo, também consegue transitar em questões comuns a todos os seus espectadores. Para além da música, consegue conversar com pontos-chaves da Estética e da Filosofia Social. Em toda fotografia há uma espécie de interrupção do tempo, por conseguinte, da vida. Ao fazer um desabafo pessoal, Benito, mesmo sem intenção direta, fez com que o álbum fizesse ponte com diversos teóricos da história da fotografia, que sempre se lançaram no desafio de entender o impacto da técnica na vida individual e coletiva.

Palavras-chave: Ontologia. Estética. Fotografia contemporânea. Bad Bunny.

Bibliografia

BATISTA Jr., N. Fotografia e memória: contra a ação do tempo, a foto fortalece a tradição das técnicas de memorização. *Revista Belas Artes*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9, 2023.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 194.

COSTA E SILVA, G. *Porto Rico e a formação do pacto colonial americano [parte 2]*. *Revista Opera*, 2021. <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2021/03/09/porto-rico-e-a-formacao-do-pacto-colonial-americano-parte-2/>. Acesso em: 04/06/2025.

GEORGI, M. *Bad Bunny Makes a Triumphant Homecoming on 'Debi Tirar Más Fotos'*. *RollingStones*, 2025. <https://www.rollingstone.com/music/music-album-reviews/bad-bunny-debi-tirar-mas-fotos-review-1235226562/>. Acesso em: 29/05/2025.

O tempo experienciado nas práticas de candomblé e sua abertura de possibilidades

Maria Eduarda Cardoso de Melo Capotorto

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/4243670049316182>

dudacapotorto@yahoo.com.br

109

A presente comunicação se propõe a pensar os tempos que coexistem no contemporâneo guiando-se pelo pensamento filosófico proposto pelas religiões afro-brasileiras. Cruzar conceitos, pensamentos e tempos.

Aqui o Brasil dá lugar aos Brasis, essa formação acontece por diversos encontros que constroem tal identidade plural, que é posta em cena no desfile de carnaval de 2019 da Estação Primeira de Mangueira com o samba-enredo “História para Ninar Gente Grande”. Será trabalhada a evocação de um outro tempo e de um outro mundo apresentado nos rituais das práticas de candomblé. As tradições se reatualizam a cada vez que são feitas e se modificam incorporando costumes de um tempo que é exterior ao terreiro, nesse momento, percebe-se a tentativa de concatenar dois tempos num mesmo cotidiano e pensar/ viver a sincronicidade do assíncrono. A forma do tempo cíclica esbarra no tempo linear e encontram um ponto em comum.

Pensando junto a Peter Pál Pelbart em *Rizoma Temporal*, o contemporâneo pode ser pensado como um momento de heterocronias, no qual diferentes pontos podem ser conectados e devem sê-lo; não fixa ordem, mas coloca em relação diferentes elementos. Indo ao conceito de Deleuze e Guattari, tem-se que um rizoma possibilita múltiplas entradas. Nesse caso, talvez o tempo no contemporâneo não possa ser compreendido, exatamente, como um rizoma, mas seja rizomático. Para compreender a temporalidade mutante presente no contemporâneo, é necessário entender que cada um desses tempos dialoga com diferentes enunciados e move diversas questões, havendo muitas vezes uma comunicação entre eles. Esses efeitos se acumulam e se interferem através da abertura aos cruzos que podem acontecer.

Sendo assim, as práticas de terreiro apresentam possibilidades de lidar com as adversidades e mostram maneiras de encarar o mundo. Trata-se de experimentar as

performatividades que podem ser postas em prática. O encantamento é a disponibilidade e atitude de inventar mundos. Em diversas práticas da arte contemporânea, o corpo assume o lugar de destaque, o que colabora com a afirmação: pensar é corpo. As religiões afro-brasileiras também compreendem o pensar no corpo. “O corpo é a matriz e é ele que registra e inscreve práticas de saber legados pela comunidade.” (Simas; Rufino; Haddock-Lobo, 2020, p. 39). Dessa forma, a produção de conhecimento, a fabulação e a crença são capazes de estimular a imaginação política dos indivíduos, algo fundamental na atualidade.

110

Palavras-chave: Tempo. Contemporâneo. Candomblé. Rizoma. Samba-enredo. Brasis.

Bibliografia

BUCK-MORSS, S. Estética e anestética: o “ensaio sobre a obra de arte de Walter Benjamin reconsiderado”. Tradução de Rafael Lopes Azize. *Travessia: Revista de Literatura*, UFSC, n. 33, p. 11-41, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. “Introdução: Rizoma”. In: *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

GUMBRECHT, H. U. “Cascatas de Modernidade”. In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

PELBART, P. P. *Rizoma Temporal*. Coleção outras - palavras, v. 05. São Paulo: Ed. Escola da Cidade, 2018.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L.; HADDOCK-LOBO, R. *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

A lei do gênero: desconstrução, contaminação e fissuras em Derrida e Lispector

Pâmela Bueno Costa

Doutoranda em Filosofia no PPGF da UFRJ

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/0226666558356523>

costapamela58@gmail.com

111

Este trabalho investiga a escrita de Clarice Lispector e sua relação com as fronteiras do gênero literário, tomando como eixo a obra *A Legião Estrangeira*. Nesse movimento, compreendemos que a escrita clariceana opera por gestos que tensionam as bordas dos gêneros literários, abrindo indecíveis. O ponto de partida é a concepção clássica de gênero, formulada por Aristóteles, e suas ressonâncias na crítica literária moderna. Em diálogo com Jacques Derrida, sobretudo em *A Lei do Gênero*, evidencia-se que a ideia de limite (gênero) demarca o que está dentro e o que está fora, mas salienta que essa fronteira é sempre porosa.

Além disso, Derrida mostra que todo pertencimento a um gênero exige, paradoxalmente, um certo não pertencimento, isto é, uma contra-lei. Sobretudo, porque, para que um texto se inscreva em um gênero, é preciso que estremeça suas bordas. A escrita de Clarice Lispector opera justamente nessa vibração, ela habita o gênero para contaminá-lo. Trata-se de um gesto que desloca a norma pela fissura, nesses rastros, como ela menciona, “gênero não me pega mais”, pois notamos que ela rompe com os limites.

Nesse sentido, nossa análise concentra-se na crônica-conto de sua obra *A Legião Estrangeira*, no conto homônimo, no qual três figuras se entrelaçam: a narradora-escritora, a personagem Ofélia e um pintinho. Esse conto também aparece como crônica no livro *A Descoberta do Mundo*, datadas entre os dias 3 e 30 de agosto, sob os títulos *A Princesa I, II, III, IV e Final*. Não obstante, nesse jogo, o gênero literário também se configura como espaço de negociação e conflito. A escrita de Lispector é lida como gesto ético-estético que, ao rasurar as formas, convoca uma alteridade na escuta, “ouvir com o coração”, como afirma Hélène Cixous.

Por fim, o texto propõe que a escritura de Lispector tensiona os próprios parâmetros do literário, articulando uma filosofia rascante, atravessada por rasura, fissura, ambiguidade e contaminação, ou seja, uma escrita que opera com o fio da desconstrução.

Palavras-chave: Desconstrução. Jacques Derrida. Clarice Lispector. A Legião Estrangeira.

112

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.

DERRIDA, J. *A lei do gênero*. Tradução de Carla Rodrigues e Nicole Alvarenga Marcello. Revista TEL: Irati, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: A lei do gênero - Jacques Derrida | TEL Tempo, Espaço e Linguagem. Acesso em: 02 de julho de 2025.

LISPECTOR, C. *A legião estrangeira*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.

_____. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SISCAR, M. *Jacques Derrida: Literatura, política e tradução*. Campinas/São Paulo: Autores associados, 2012.

Criar a verdade, traduzir o desconhecido: em torno da escrita de Clarice Lispector

Tomás Brena Sertã

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/3167071049028589>

tomas.serta@gmail.com

113

Em uma passagem bastante conhecida de *A paixão segundo G.H.*, a narradora e protagonista caracteriza aquilo que deverá fazer em seu relato, o seu esforço de escrita, como “traduzir o desconhecido para uma língua que desconheço, e sem sequer entender para que valem os sinais”, e como “criar a verdade do que me aconteceu” (LISPECTOR, 2020a, p.19). Desafiam-se, assim, as concepções habituais tanto de verdade (entendida usualmente como descoberta, e não criação), quanto de tradução (que pressuporia o conhecimento do “conteúdo” a ser traduzido e das línguas em jogo). Estes são conceitos caros à filosofia – aquele é um tema clássico da disciplina; este vem ganhando relevo na filosofia contemporânea.

É possível remontar essas considerações a outros textos de Clarice. Em uma carta a Fernando Sabino e em sua conferência “Literatura de vanguarda no Brasil”, a autora teceu comentários à obra de João Guimarães Rosa, assinalando que o autor teria, ao criar uma linguagem marcada pela estranheza, promovido um encontro de linguagens – uma tradução –, a partir do qual se revelaria algo da ordem da verdade, algo “tão bem revelado que atinge a altura de uma invenção”. Conforme ela afirma, desafiando a oposição: “[d]escobrir é inventar” (LISPECTOR, 2005, p.107).

O gesto artístico reconhecido em Guimarães Rosa concebe a escrita como a ocasião de introduzir um estranho no familiar, de modo a abalar partições políticas, epistemológicas, ontológicas. Trata-se de um movimento amiúde destacado pela crítica clariceana, e que se deixa ler também pelo signo da tradução. Essa categoria, mencionada por Clarice em alguns textos, permite notar aquilo que Claire Varin designou a “desestabilização de uma língua única, pura” em sua obra (VARIN, 2023, p.30).

Este trabalho pretende mostrar a pertinência de se pensar a escrita de Clarice Lispector como uma forma de tradução. Trata-se de uma estranha tradução do estranho, por meio da qual se franqueia uma verdade –inventada, e não (apenas) descoberta. Para isso, será feito o recurso a algumas obras da autora, bem como de críticos que se voltaram às questões ora trabalhadas.

Palavras-chave: Clarice Lispector. Tradução. Verdade. Estranho.

Bibliografia

LISPECTOR, C. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. *Outros escritos*. Org. Teresa Montero; Lícia Manzo. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

_____. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2020a.

_____. *Todas as cartas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2020b.

NASCIMENTO, E. *Clarice Lispector: uma literatura pensante*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NUNES, B. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

VARIN, C. *Línguas de fogo*. Tradução de Lúcia Peixoto Cherem. São Paulo: Editora Nós, 2023.

Coragem para amar como princípio unificador de *Grande sertão: veredas*. O erro trágico de Riobaldo.

Thiago Henrique da Mata Guimarães Corrêa

Doutorando em Filosofia na UFF

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/9746701451018702>

correathiago@id.uff.br

115

Argumentarei a hipótese de que, se é notório que o tema da coragem articula os demais temas da narrativa de Riobaldo, uma coragem mais específica, a coragem para amar, é o princípio unificador de *Grande sertão: veredas*, porque revela a pedagogia trágica que João Guimarães Rosa tensiona em seus leitores, se é verdade que o poeta almeja tanto instruir quanto deleitar.

Do ponto de vista da estória narrada por Riobaldo, a coragem tardou, mas não lhe faltou, para enfim superar sua hesitação perante o Diabo e realizar um não-pacto nas Veredas Mortas, e, na sequência, superá-la novamente e tomar a liderança do tropel de jagunços. Seu erro trágico consistiu em se manter hesitante em relação a Diadorim e deixar de lhe declarar seu amor de modo a consumá-lo, por este ser vexatório ou proibido, devido a questões de gênero. Esta é uma falta de coragem capital, verdadeira hamartia, que pune o herói com uma existência lacônica e, por que não, balbuciante, em que fragmentos de memórias doces de seu bem-amado sempre o levam a rememorações amargas do desfecho trágico de sua vida.

Riobaldo considera que a morte de Diadorim foi o último episódio de sua estória e depois nada mais houve, embora homem de prestígio, rico e bem casado, no momento em que sua narrativa é contada. A perda de seu amor é como uma punição imposta por Satanás e consequente degredo de sua existência ao inferno. A mensagem de João Guimarães Rosa nesta alegoria sertaneja para seus leitores é transgeracional: carece de ter coragem para amar.

Meu objetivo é explicitar o teor trágico de *Grande sertão: veredas*. Justifica-se ao avançar na vereda de pensamento aberta por Sonia Maria Viegas Andrade e ampliar a

compreensão sobre João Guimarães Rosa na história da literatura e filosofia. A metodologia utilizada chama-se Estética Aplicada: observar a obra em sua materialidade e reapresentá-la em alguns aspectos na forma de ensaio crítico. Os resultados parciais são novas referências bibliográficas.

Palavras-chave: *Grande sertão: veredas*. Coragem para amar. Teoria da Tragédia. Pedagogia. Teoria da Alegoria.

Bibliografia

ANDRADE, S. *A vereda trágica do “Grande sertão: veredas”*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

GALVÃO, W. *Mínima mímica*. Ensaio sobre Guimarães Rosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MACHADO, R. *O nascimento do trágico*. De Schiller a Nietzsche. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MURICY, K. *Alegorias da dialética*. Imagem e pensamento em Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Nau, 2009.

PESSOA, P. *Metamorfoses da crítica*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2025.

ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. “O diabo na rua, no meio do redemoinho...”. 22. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSSET, C. *La philosophie tragique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.

SCHILLER, F. *Teoria da Tragédia*. Introdução e notas de Anatol Rosenfeld. Tradução de Flavio Meurer. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1991.

Aquele que foi dilacerado: Jean-Jacques Rousseau e a autobiografia

José Guilherme Deister Nicomedes

Mestrando na UERJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/6170276294101352>

josednicomedes@gmail.com

117

Sob o som indignado de um trovão e a fúria dilacerada de um relâmpago se inscrevem o nome de Jean-Jacques Rousseau. Os problemas já começam aqui, quando seu nome, comumente evocado próximo do *Contrato Social*, se dissipa numa diversidade enigmática de outros nomes em suas obras autobiográficas – *Confissões*, *Diálogos* e *Devaneios*. Com isso se arrastam outros problemas: para além de suas assinaturas, no que consiste um autor, um livro e, mais especificamente, uma obra autobiográfica para a filosofia? Será Rousseau ou Jean-Jacques? Será Monsieur Dudding ou Vaussore de Villeneuve? Estilhaçado em mil pedaços, investiremos aqui nossos esforços em fazê-los orbitar ao redor de um problema: a cisão.

Cisão, separação, ruptura, dilaceramento, são as ações às quais Rousseau esteve constantemente submetido em sua vida, e que permearam visceralmente seus escritos. Contudo, é através de sua obra autobiográfica que se consegue observar de uma maneira mais inflamada esse problema pulsar. A questão, nesse sentido, que nos cabe analisar: qual o espaço da *leitura* na obra autobiográfica de Rousseau, tanto no sentido exterior, onde a reflexão sobre filosofia e vida está regularmente *separada*, quanto no interior do texto, onde a posição que a leitura ocupa é a de designar instabilidades jamais pacificadas.

Assim, se temos aqui um problema de leitura na filosofia rousseauiana, imediatamente se segue um problema de escrita. Porque, servindo-se de diversas leituras, tendo redigido variados escritos, no momento em que se empreende o objetivo de falar de si, a exigência da invenção de uma nova linguagem é marcada. Nessa linguagem se formula uma separação essencial do que havia sido escrito até aquele momento, era preciso, por consequência, inventar uma outra modalidade de espaço linguístico para existir. Desse espaço de linguagem não se ordenaria nenhuma estabilidade, mas dele se

produziria uma outra maneira de falar, uma outra maneira de falar de si e uma outra maneira de existir.

Portanto, gostaria de apresentar uma análise crítica de um problema em torno do qual algumas questões provocam uma vibração instável. Assim, poderíamos assumir uma formulação inicial, mas da qual imediatamente ela cederia lugar a outras problemáticas mais interessantes: como aquele que elaborou o ideal do contrato social foi também aquele que, em sua recusa necessária, produziu uma série de rupturas irreconciliáveis, tanto a nível de vida, como a nível de pensamento? Disso se segue: *como ler? como escrever? e como ser uma subjetividade do ponto de vista da ruptura?* (ROUSSEAU, 1959, pp. 995-97).

Palavras-chave: Autobiografia. Leitura. Escrita. Subjetividade. Rousseau.

Bibliografia:

BLANCHOT, M. *O livro por vir*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018, p. 57-68.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*. De Rousseau à Internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROUSSEAU, J.-J. *Oeuvres complètes*, t. I. Paris: Gallimard/Bibliothèque de la Pléiade, 1959.

STAROBINSKI, J. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*; seguido de sete ensaios sobre Rousseau. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

As formas literárias da filosofia: mulheres e escrita na França moderna

Mary Emily Mattoso Silva Suzano

Mestranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/8666278856141079>

maryemilym@gmail.com

119

Os salões literários eram instituições não-oficiais fundamentais para os círculos intelectuais da França seiscentista. Diferentemente das academias, não eram controlados pela Monarquia e acolhiam tanto homens quanto mulheres (Zechlinski, 2002, p. 65). No contexto da França do Antigo Regime, o salão foi uma invenção feminina. Suas idealizadoras, as *salonnières*, constituíam um grupo seletivo de mulheres instruídas e cultas, que desejavam participar dos debates antes restritos às academias (Martins, 2007, p. 59).

A popularização dos salões e de suas anfitriãs deu origem ao que DeJean denomina "escrita de salão", um fenômeno que se manifestou na escrita de romances, na troca de correspondências e nos contos de fadas (DeJean, 1991, p. 5). Em vista disso, o romance era visto como um gênero influenciado pelas mulheres e pela cultura dos salões na literatura. Na França, o romance teve uma origem feminista, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento e na propagação de ideias protofeministas (Zechlinski, 2022, p. 253).

Do mesmo modo, os contos de fadas foram grandemente impulsionados pelas *salonnières*, mesmo a nomeação do gênero é uma criação feminina (Benureau, 2009, p. 25). Vários contos que conhecemos hoje, como Cinderela e Rapunzel, são fruto desse fenômeno. As autoras os utilizaram para criticar as normas sociais e os papéis de gênero. Elas expressaram ceticismo em relação ao casamento, além de questionarem a hegemonia masculina na sociedade e nas tradições literárias (Benureau, 2009, p. 79-81).

Houve resistência à ascensão dessas escritoras e aos gêneros que elas popularizaram. Os romances eram vistos como uma força perigosa de corrupção social, acusados de degradar os padrões literários e de "feminizar" a literatura e a cultura (DeJean, p. 90). Igualmente, os contos de fadas foram criticados por suas narrativas

“infantis”, repletas de aventuras amorosas e, sobretudo, pela predominância de heroínas mulheres. (Benureau, 2009, p. 32).

Considerando que estavam vedadas à possibilidade de uma educação formal, essas mulheres inventaram novas formas discursivas de elaborar seus pensamentos (Zechlinski, 2022, p. 67). Impedidas de redigir, por exemplo, um tratado sobre a moral, elas conseguiam, no entanto, imbuir suas obras de discussões morais e políticas. Portanto, a contestação desses gêneros literários não se restringia à mera disputa pela tradição literária francesa, visto que as críticas não se limitavam à forma ou ao conteúdo do texto, questionavam também a autoria, o gênero de suas autoras.

120

Palavras-chave: Salões literários. Autoria. Gênero. Literatura. Filosofia.

Bibliografia

BENUREAU, E. *Le conte de fées littéraire féminin de la fin du XVIIe siècle*. Mémoire présentée comme exigence partielle de la maîtrise en études littéraires. Université du Québec à Montréal. 2009.

DEJEAN, J. *Tender Geographies Women and the Origins of the Novel in France*. New York: Columbia University Press, 1991.

MARTINS, A. P. V. Da amizade entre homens e mulheres: cultura e sociabilidades nos salões iluministas. *História: Questões & Debates*, Editora UFPR, n. 46, p. 51-67, 2007.

ZECHLINSKI, B. P. “*Quero ver minhas obras saindo da prensa*”: mulheres e livros na França do Antigo Regime. Teresina: Cancioneiro, 2022.

Libertinos honestos, libertinos criminosos: uma análise de *Teresa filósofa* (1748) e *Filosofia na alcova* (1795)

Sofia Ribeiro Mendes De Felice Souza

Mestranda na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/5377375490465771>

sofiarnd@outlook.com

121

A pesquisa tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre dois tipos de educação libertinas, presentes nos romances *Teresa Filósofa* (1748) e *Filosofia na alcova* (1795). Serão investigadas as semelhanças e diferenças entre a formação das personagens principais das obras em questão, especialmente em suas abordagens sobre a religião, a natureza e a conduta, evidenciando a diversidade dentro do movimento libertino do século XVIII. Deseja-se compreender, sobretudo, como essas perspectivas moldam os princípios éticos e a formação das personagens. A metodologia incluirá uma análise comparativa das gradações de prazer e teoria em ambas as obras, com o suporte da literatura crítica para contextualizar e interpretar os dados.

A libertinagem, em *Teresa filósofa*, compreendida como uma libertinagem honesta, contrasta significativamente com a imoralidade criminosa dos libertinos sadianos de *A Filosofia na alcova*. Em suas distinções filosóficas centrais, esta diferença aparece principalmente na oposição entre o materialismo deísta de *Teresa Filósofa*, que harmoniza a crença em Deus com uma filosofia materialista, e o materialismo ateu de *Filosofia na Alcova*, que rejeita a existência de uma divindade, valorizando a natureza como a única força determinante.

Além disso, como resultado de suas filosofias sobre a natureza e a religião, em *Teresa* há a conciliação dos prazeres privados com a necessidade de manter o bem estar social. Ou seja, as liberdades sexuais têm como limite a preservação do Outro. Na *Filosofia na alcova*, ao contrário, as dissertações servirão para fundamentar um egoísmo predatório, em que a alteridade é completamente apagada, e as relações se darão tão somente em uma dinâmica carrasco-vítima. Esta última perde seu estatuto de humanidade e fica relegada ao papel de objeto.

Em suma, as narrativas libertinas em questão criam um espaço no qual filosofia e literatura se entrelaçam de forma complexa, permitindo o debate sobre temas como natureza, religião, moralidade e sexualidade — questões que ainda ressoam nos debates contemporâneos. A escolha das obras de D'Argens e Sade se mostra pertinente por serem representativas do gênero libertino e por estabelecerem um diálogo direto entre si, como demonstrado na menção elogiosa que Sade faz a *Teresa Filósofa* e a seu autor, apontando D'Argens como uma possível inspiração para sua própria obra. Além disso, trata-se de um tema ainda pouco explorado no Brasil, especialmente no que se refere à escassez de material crítico em português sobre o romance de D'Argens, o que reforça a relevância deste estudo.

Palavras-chave: Libertinagem. Filosofia e literatura. Materialismo. Deísmo. Século XVIII.

Bibliografia

D'ARGENS, M. *Teresa Filósofa*. Tradução de Carlota Gomes. Porto Alegre: L&PM Editores, 2015.

DELON, M. *Savoir-Vivre libertin*. Paris: Pluriel, 2015.

DEPRUN, J. *Sade et la philosophie biologique de son temps*. In: *Le Discours de la torture: de Sade à Freud*. Paris: Presses universitaires de France, 1989, p. 119-132.

_____. *Sade et le rationalisme des lumières*. In: DEPRUN, Jean; GIRAUD, Frédéric; ROUCH, Hélène (org.). *L'Envers de la raison: Sade*. Paris: Gallimard, 1993, p. 51-70.

_____. (ed.). *Notice*. In: SADE, Marquês de. *Oeuvres Complètes*, Tome III. Paris: Gallimard, 1998.

LOTTERIE, F. *PRÉSENTATION*. In: BOYER D'ARGENS, Marquis. *Thérèse Philosophe*. Paris: Flammarion, 2007.

SADE, M. de. *Filosofia na Alcova*. Tradução de Contador Borges. São Paulo: Iluminuras, 2018.

Reflexão e autorrepresentação: breves considerações sobre dois tipos de consciência em Descartes

Leandro Vasconcelos Machado de Mello

Mestrando na UERJ

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/3288622585187098>

leandro-vm@hotmai.com

123

Para Descartes, pensamentos nada mais são do que tudo aquilo que ocorre em nós de tal modo que somos imediatamente conscientes. Segundo essa concepção, o sujeito pensante não é apenas consciente de maneira integral, mas é também autoconsciente, na medida em que tem conhecimento imediato de seus próprios estados internos no exato momento em que ocorrem (Descartes, 1904, 160). Apesar da escassa ocorrência do termo “consciência” no texto cartesiano, algumas passagens indicam diferentes possibilidades de interpretação desse conceito. Na conversação com Burman, Descartes parece sugerir que somos conscientes dos nossos atos de pensamento quando refletimos sobre eles (Descartes, 1903, 149). Na correspondência com Bourdin, por outro lado, a consciência aparece como uma propriedade intrínseca e não reflexiva de cada ato de pensamento (Descartes, 1904, 559). Ambas as possibilidades repercutem em uma distinção contemporânea entre teorias reflexivas da consciência de ordem superior (Rosenthal, 1986, 338) e teorias autorrepresentacionais de mesma ordem (Kriegel, 2003, 108).

Nesta apresentação, proponho a aplicação de ferramentas conceituais contemporâneas para formular uma possível chave de leitura para a relação entre consciência, autoconsciência e reflexão na filosofia da mente cartesiana. Defendo que, se a concepção de consciência for interpretada exclusivamente de modo reflexivo, ela se torna vulnerável ao problema da regressão ao infinito e à possibilidade de pensamentos inconscientes, o que contradiz a própria teoria cartesiana. Sugiro, como alternativa, que se adote uma posição que compatibilize a consciência reflexiva com a consciência enquanto propriedade intrínseca e autorrepresentacional.

À luz dessas considerações, podemos lançar mão da hipótese de que um pensamento é consciente na medida em que representa a si mesmo, sendo esse um sentido

básico, passivo e não reflexivo de consciência. Ainda assim, quando há esforço cognitivo suficiente, também podemos nos voltar deliberadamente sobre os nossos próprios pensamentos de maneira reflexiva, desde que tal ato se configure como um tipo eventual de consciência dos próprios pensamentos. Essa hipótese é corroborada textualmente por passagens da correspondência com Arnauld na qual Descartes admite a existência de pensamentos que não são examinados por um ato reflexivo do intelecto, mas que apresentam uma estrutura interna que proporciona um certo tipo de vivência fenomenal. (Descartes, 1903, 220).

Assim, podemos atribuir a Descartes uma concepção mista, capaz de sugerir um modelo de consciência muito mais complexo e sofisticado do que a breve caracterização cartesiana parece indicar.

Palavras-chave: Autoconsciência. Consciência. Descartes. Reflexão.

Bibliografia

DESCARTES, R. *Œuvres de Descartes*: Publiées par Charles Adam et Paul Tannery. Paris: Léopold Cerf, 1897-1913.

KRIEGEL, U. *Consciousness as Intransitive Self-Consciousness*: Two Views and an argument. *Canadian Journal of Philosophy*. v. 33, n. 1, p.103-132, 2003.

ROSENTHAL, D. Two concepts of consciousness. *Philosophical Studies*, Dordrecht, v. 49, n. 3, p. 329-359, 1986.

Nenhuma parte deste material pode ser utilizada ou reproduzida
– em qualquer meio ou forma, seja digital, fotocópia, gravação
etc. – nem apropriada ou estocada em banco de dados, sem a
autorização dos autores e editoras desta publicação.